Sexta-feira, 22 de Março de 2019 I Série – Número 13

DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022) 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 MARÇO DE 2019

Presidente: Ex.mo Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.mos Srs. Arlindo Barbosa
Elákcio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

O Plenário procedeu ao debate conjunto, na generalidade, das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE), após apresentação pelo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus) e da leitura do parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente, pela Sra. Deputada Cristina Dias (MLSTP/PSD).

No debate intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e dos Srs. Ministros do Planeamento Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Elsa Pinto), das Obras Públicas Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (Osvaldo Abreu), da Justiça Administração Pública e Direitos Humanos (Ivete Lima), da Saúde (Edgar Naves) e da Educação e Ensino Superior (Julieta Izidro), que responderam às questões, os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI), Idalécio Quaresma (ADI), José António Miguel (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Esmaiel do Espírito Santo (ADI), Levy Nazaré (ADI), Carlos Correia (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Arlindo Ramos (ADI), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI), António Quintas (MLSTP/PSD) e Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):
Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Elísio Osvaldo Espírito D'Alva **Teixeira**
Esmaiel da Glória Espírito Santo
Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Orlando Borges **da Mata**
Paulo Jorge Carvalho
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre Moreno **Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da **Costa**
Amaro Pereira de **Couto**
Américo Cravid Pereira **Pinto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António Quintas do Espírito Santo
Arlindo Barbosa Semedo
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Danilo Neves dos Santos
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
José Rui Tavares Cardoso
Leonilda Maria Trovoada de Andrade **Pires dos Santos**
Maiquel Jackson **do Espírito Santo**
Manuel Vicente
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Paula Maria Fonseca **Tavares**

Coligação PCD/MDFM-UDD:
Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Jamiel Joana **Segunda**
Felisberto Fernandes Afonso

Movimento de Cidadãos Independentes
António dos Reis **Faleiro**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, vamos iniciar o debate das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, no âmbito do artigo 209.º do Regimento da Assembleia Nacional, pelo que convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer a sua intervenção de apresentação do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, minhas senhoras e meus senhores: «É com grande sentido de responsabilidade e humildade que compareço diante de Vossas Excelências, para apresentar o primeiro Orçamento Geral do Estado (OGE) do Governo que tenho a honra de chefiar. Trata-se de um primeiro Orçamento de uma legislatura de 4 anos e, como tal, está naturalmente condicionado por uma série de circunstâncias que marcam o contexto político, económico, social e cultural que vivemos no presente, mas não deixa de ter a pretensão de ir ao encontro das expectativas colectivas que foram sendo adiadas ao longo de muitos anos.

Entre estas circunstâncias, quero destacar a situação herdada por nós, marcada inquestionavelmente por uma desaceleração económica, traduzida por uma taxa de crescimento do PIB de 2,7% em 2018, inferior ao crescimento de 3,9%, registado em 2017. Dois anos consecutivos de um crescimento económico anémico têm efeitos cumulativos bastante adversos na situação económica do País e nas condições de vida dos são-tomenses.

O Programa de Governo apresentado e aprovado por esta Assembleia tem por objectivo dar respostas às situações conhecidas e vividas quotidianamente por todos nós, mas sobretudo visa responder aos anseios e aspirações que ficaram patentes durante a campanha eleitoral e revela uma ambição de mudar a situação do País e a condição de vida dos são-tomenses. Esta foi e continua a ser a grande missão deste Governo.

Concordarão comigo que este primeiro Orçamento, que dará início à materialização do Programa apresentado, não pode fugir aos constrangimentos existentes anteriormente e conhecidos por todos. Os objectivos prosseguidos por este Orçamento são por isso limitados, inscrevendo-se, no entanto, numa estratégia coerente, cujos frutos se irão materializar ao longo da presente legislatura.

Estes constrangimentos resultam de uma série de acontecimentos que marcaram o ano de 2018, nomeadamente, uma quebra acentuada das receitas fiscais, às incertezas em torno das eleições legislativas, os constantes cortes de energia, os atrasos e a redução efectiva da ajuda pública ao desenvolvimento.

De igual modo, a diminuição dos investimentos públicos, associados à não concretização de ajudas esperadas e à conjuntura internacional pouco favorável, condicionou o crescimento económico do País. Isto se reflectiu no desenvolvimento económico e social do País, de uma maneira dramática. Na verdade, o desempenho fiscal ficou aquém das expectativas, tendo em conta que o défice orçamental primário atingiu 2,2 % contra o objectivo de 1% do PIB que havia sido programado.

O nível das reservas internacionais líquidas situa-se em valores preocupantes, cobrindo apenas menos de 3 meses de importações em 2018. Esses indicadores traduziram-se na deterioração da qualidade de vida dos cidadãos, contrastando com as avultadas despesas realizadas por agentes do Estado em viagens e consumos incompatíveis com a disponibilidade financeira do Estado.

Esta descrição sumária da situação serve, principalmente, para termos noção clara das responsabilidades e dos desafios que este primeiro Orçamento impõe a todos nós, dirigentes do Estado, responsáveis de organizações do Estado, das empresas públicas e cada cidadão, em particular. Temos de nos habituar a viver à medida das nossas possibilidades, consentindo sacrifícios proporcionais à situação de cada um, empenhando-nos na tarefa de fazer mais e melhor, gastando o estritamente essencial e gerindo com todo o rigor necessário as instituições à nossa responsabilidade.

Uma sociedade justa impõe deveres e direitos que devem ser assumidos por todos, a todos os níveis, de uma maneira transparente. Os recursos disponíveis devem ser repartidos de maneira equitativa, de modo a criar os incentivos necessários para que todos reconheçam os esforços de todos e todos estejam empenhados e determinados a, voluntariamente, contribuírem com o seu melhor. Uma sociedade justa impõe que aqueles que fujam a esse compromisso colectivo sejam tratados com o rigor da lei, sem qualquer outro critério que não seja baseado em factos reais e comprovados nas instâncias apropriadas. Quero referir-me especificamente ao uso indevido dos bens do Estado, à utilização abusiva de recursos financeiros do Estado e aos actos de corrupção que têm ceifado os sonhos mais candentes dos são-tomenses.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, os desafios presentes e as perspectivas de um futuro melhor exigem deste Governo medidas corajosas, para reverter a situação de maneira paulatina, colocando políticas de combate à pobreza e à corrupção no centro das nossas preocupações. Para combater a pobreza, precisamos de criar riqueza e reparti-la de maneira equitativa. Tudo começa com uma gestão macroeconómica criteriosa, atenta à nossa condição de pequeno Estado Insular em desenvolvimento,

sujeito a múltiplas vulnerabilidades, geradas por choques externos fora do nosso controlo. A situação só pode ser ultrapassada com um crescimento sustentado e continuado do PIB, baseado em políticas públicas que promovam investimentos públicos, geradores de emprego, de maneira sustentável. Atendendo à fraca capacidade do Estado para o investimento público, a atracão do investimento e do capital privado, quer nacional quer estrangeiro, será uma preocupação fundamental deste Governo.

Este Orçamento projecta, assim, um crescimento económico de 4,5%. As receitas totais foram estimadas pelo Governo em STD 3 160 268 000,00 (três mil milhões, cento e sessenta milhões e duzentos e sessenta e oito mil dobras), equivalente a USD 150 000 000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte americanos) e as despesas em 3 160 milhões de dobras, sendo despesas de funcionamento no valor de 1 539 milhões de dobras, investimentos públicos, 1 467 milhões de dobras, e despesas financeiras num valor de 154 milhões de dobras.

Do valor destinado ao investimento público, cerca de 23% está destinado ao Sector das Infra-estruturas e Obras Públicas, 16% ao Sector da Saúde, 15% ao Sector da Educação e 12% ao Sector de Agricultura.

De salientar que do total de investimentos públicos, apenas 2,8 % serão assegurados através de recursos internos e 97,2% por recursos externos, nomeadamente empréstimos e donativos. É preciso ter bem presente estas percentagens, porque elas são reveladoras de uma grande dependência do País, em relação aos nossos parceiros bilaterais e multilaterais. É preciso também não escamotear uma realidade conhecida, o acesso aos fundos externos está sujeito ao cumprimento de algumas condicionalidades exigidas pelos nossos parceiros. Algumas destas condicionalidades são partilhadas e assumidas pelo conjunto de parceiros internacionais, o que nos impõe, muitas vezes, a tomada de medidas que exigem sacrifícios adicionais ao País e aos cidadãos.

Não obstante as limitações e constrangimentos apresentados, devemos priorizar o combate à exclusão de todo o tipo e adoptar medidas discriminatórias a favor dos mais carentes e desprotegidos, das mães carenciadas, das crianças e jovens em idade escolar e dos idosos, não nos esquecendo daqueles cidadãos portadores de deficiência. Neste sector, com a colaboração dos nossos parceiros, vamos iniciar uma experiência de Rendimento Mínimo de Inserção Social, que esperamos vir a cobrir cerca de 2500 famílias carenciadas.

Minhas senhoras e meus senhores, apesar das dificuldades enumeradas, apesar da enorme dimensão dos desafios, estou convencido de que, com este Orçamento da nova maioria que sustenta o Governo, vamos dar início a uma nova etapa no processo de reconstrução do País, renovando a esperança de todos em dias melhores.

Hoje nada é fácil e nada nos é oferecido de maneira gratuita. Precisamos de muito trabalho, de muita disciplina, a todos os níveis, e de um espírito de unidade de propósitos, que ultrapassem divergências normais em democracia e que são necessárias para melhorias contínuas. Mas convido a todos aqui nesta Assembleia, sem distinção de partidos políticos, a assumir posturas compatíveis com a nossa condição de representantes da Nação.

E por isso posso dizer, sem ambiguidade, a Nação espera que, colectivamente, contribuamos para tornar São Tomé e Príncipe um país melhor, e os são-tomenses um povo digno e orgulhoso das suas conquistas.

Bem-haja a todos.»

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro. Antes de iniciarmos o debate e abrir a inscrição para os Deputados que estiverem interessados a intervir, gostaria de fazer menção às ilustres presenças dos Deputados da Assembleia de Portugal e de Cabo Verde, nomeadamente o Sr. Deputado Luís Testa, a Sra. Deputada Ângela Guerra e o Sr. Deputado Nuias Silva, que estiveram cá, com os outros que já se foram, participando nos trabalhos da 2.ª Comissão Permanente da AP-CPLP, reunião que decorreu nos dias 18 e 19 do mês em curso. Mais uma vez, o nosso muito obrigado por estarem aqui ainda connosco e participar neste debate.

Muito obrigado.

Portanto, está aberta a inscrição, para os Srs. Deputados que queiram intervir. Peço desculpas, antes das intervenções dos Srs. Deputados, peço ao Sr. Presidente da 2.ª Comissão que faça a leitura do parecer.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Ministros e colegas Deputados e Deputadas.

Foi indigitada a Sra. Deputada Cristina Dias, para proceder à leitura do parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente.

Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental que o acompanha, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Vou proceder à leitura do Parecer da 2.ª Comissão.

«Parecer relativo às propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral de Estado (OGE), referente ao Ano Económico de 2019.

1. Introdução.

Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foram submetidas à 2.ª Comissão Especializada Permanente, para efeitos de análise e parecer, as propostas de lei n.os 01/XI/1.ª/2019 e 02/XI/1.ª/2019, Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019, respectivamente.

Assim, esta Comissão procedeu à análise das referidas propostas de lei, bem como dos respectivos articulados e mapas anexos, e serviu-se ainda dos pareceres emitidos pela 1.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional.

2. Enquadramento legal.

Nos termos dos artigos 111.º, conjugados com as alíneas g) e h) do artigo 97.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, alterada pela Lei n.º 12/2009, Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), bem como o artigo 205.º do Regimento da Assembleia Nacional, o Governo apresentou à Assembleia Nacional as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019, no dia 5 de Março de 2019 e admitidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, no mesmo dia, cumprindo assim o estipulado no artigo 205.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN), exceptuando o prazo legalmente fixado, por razões de período eleitoral.

A 2.ª Comissão procedeu, nos dias 12, 13, 14, 15, 18 e 19 de Março do corrente ano, à análise das referidas propostas de lei, nos termos regimentais, para efeito de elaboração do presente parecer, e constatou que existe uma harmonização entre o Programa do Governo e os projectos inscritos nas Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado.

3. Enquadramento macroeconómico das propostas de lei.

3.1. Contexto Internacional:

a) Os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), relativamente ao crescimento económico mundial, apontam para uma desaceleração em 2019, em 3,5%, por causa dos efeitos negativos dos aumentos tarifários nos Estados Unidos e na China, devido à disputa comercial que se decorre;

b) Em relação à economia da Zona Euro, prevê-se que essa desaceleração continue em 2019, esperando que a economia registe um crescimento de 1,6%. De igual modo, as economias emergentes e em desenvolvimento também sofreram uma desaceleração, esperando que a mesma registe um crescimento de 4,5% em 2019;

c) Em 2018, a África Subsariana registou um crescimento de 2,9% e espera-se que esse crescimento melhore e atinja 3,5%.

3.2. Contexto Nacional:

a) Em 2018, observou-se uma redução, tanto no investimento público como no privado, tendo como factor interno a crise energética verificada durante o segundo semestre do ano 2018, o que afectou sobremaneira a actividade económica. Espera-se uma desaceleração do PIB em 3,0%, contrariamente ao previsto no início do ano de 2018. Para 2019, estima-se um crescimento de 3,5%, com a retoma de projectos estruturantes financiados com recursos externos;

b) A inflação registou uma tendência crescente nos últimos 3 anos, 6,4% em 2014 e 7,7% em 2017, resultante em parte das alterações das taxas de tributação aduaneiras sobre o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco. Em Dezembro de 2018, a inflação atingiu os 9,0%, causado em parte pela subida dos preços do petróleo, rotura do *stock* do arroz e a crise energética;

c) As contas fiscais registaram um défice primário na ordem de 2,3% do PIB contra 1,7%, registado em 2017. Registou-se também um aumento das despesas primárias e uma fraca arrecadação das receitas correntes, excluindo o petróleo. Prevê-se que este resultado baixe em 2019, à volta de 1,0% do PIB, com o pressuposto de aumento de arrecadação de receitas e contenção de despesas públicas;

d) Em 2018, as receitas correntes registaram um aumento de 14,9% em relação ao ano 2017 e situou-se em 98,7% do programado, as receitas fiscais aumentaram cerca de 4,9%, em relação ao ano 2017 e a contribuição dos impostos directos, provenientes do IRS e IRC, que alcançou um nível de execução de 80,2% e 58,4% do programado respectivamente, por um lado;

e) Por outro lado, as despesas primárias registaram uma variação de 6,8% em relação ao ano 2017, devido ao aumento de 2,8% registado na classe das despesas com bens e serviços, que se situou ligeiramente acima do limite da sua programação (7,6%), tendo as despesas com a água, energia e comunicação excedido o valor do programado. As despesas com transferências correntes também aumentaram em 11,9% em relação ao ano 2017 e tiveram uma execução de 83,2% do programado. De igual modo, as despesas com pessoal registaram um ligeiro aumento de 0,04% em relação ao ano 2017 e

uma execução de 98,2% do programado, ao contrário das outras despesas correntes, que diminui em 7,3%, em relação a 2017, e uma execução de 91,9% do programado;

f) Na expectativa de que o valor das exportações, nos finais de 2019, venha a situar-se em torno do valor alcançado no ano 2018, e o valor das importações vir a diminuir, o défice da balança comercial poderá atingir uma cifra inferior ao registado no ano, representando, deste modo, uma melhoria em relação ao ano 2018;

g) Verificou-se uma expansão da massa monetária de 6% em 2018, causada pelo aumento da circulação da moeda no período eleitoral e pela contribuição do Crédito Líquido ao Governo (10%);

h) As reservas internacionais líquidas diminuíram, ao longo do ano de 2018 e segundo os dados do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), até Novembro, elas registaram aproximadamente 30,43 milhões de dólares, sendo menos 13,26 milhões de dólares do registado em Novembro de 2017;

i) Segundo os dados disponibilizados até Setembro de 2018, o stock da dívida pública atingiu 308,5 milhões de dólares, sendo que a dívida com os parceiros multilaterais foi de 43,3 milhões de dólares, bilaterais 234,1 milhões de dólares e a dívida interna 31,1 milhões de dólares.

3.3 Principais desafios.

A proposta das Grandes Opções do Plano para 2019 assenta-se à volta dos eixos estratégicos do Programa do Governo. Assim, o Executivo propõe os seguintes objectivos e medidas de políticas e acções prioritárias para 2019, que são:

3.3.1. Aprofundamento do Estado de Direito Democrático;

3.3.2. Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego;

3.3.3. Melhoria da qualidade de saúde e protecção social, e;

3.3.4. Política externa ao serviço de desenvolvimento.

4. Proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019.

4.1. Estimativas de receitas.

É estimado em 3 160 268 000,00 (três mil milhões, cento e sessenta milhões, duzentos e sessenta e oito mil dobras), o montante das receitas, incluindo financiamento, para o ano fiscal de 2019, das quais:

a) As receitas correntes estão estimadas em 1 331 900 000, 00 (mil milhões, trezentos e trinta e um milhões e novecentas mil dobras), das quais 45 454 000,00 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil dobras) referem-se às receitas consignadas aos sectores.

b) Donativos estão estimados em 1 628 294 000,00 (mil milhões, seiscentos e vinte e oito milhões, duzentos e noventa e quatro mil dobras);

c) Financiamentos, estimados em 200 074 000, 00 (duzentos milhões e setenta e quatro mil dobras).

4.1.2. Os donativos previstos na alínea b), do n.º 1 discriminam-se da seguinte forma:

a) Apoio orçamental no valor de 223 494 000,00 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil dobras), no qual se destacam as contribuições de União Europeia e do Banco Mundial;

b) Fundo HIPIC, é fixado no valor de 81 110 000,00 (oitenta e um milhões, cento e dez mil dobras);

c) Donativos para projectos, no valor de 1 323 690 000,00 (mil milhões, trezentos e vinte e três milhões, seiscentos e noventa dobras).

4.1.3. As fontes de financiamentos previstos na alínea c) do n.º 1 são as seguintes:

a) Fonte Interna – utilização da conta nacional de petróleo, fixada no valor de 80 867 000,00 (oitenta milhões, oitocentos e sessenta e sete mil dobras) e alienação de activos estimados em 2 008 000,00 (dois milhões e oito mil dobras);

b) Fonte Externa – Desembolsos de Empréstimos para projectos fixado no valor 117 199 000, 00 (cento e dezassete milhões, cento e noventa e nove mil dobras).

4.2. Estimativas de despesas.

É fixado no valor de 3 160 268 000, 00 (três mil milhões, cento e sessenta milhões, duzentos e sessenta e oito mil dobras), das quais:

a) Despesa de funcionamento fixada no valor de 1 523 557 000,00 (mil milhões, quinhentos e vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil dobras), das quais 45 454 000,00 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil dobras) corresponde às despesas consignadas aos sectores.

b) Despesa de investimento público fixada no valor de 1 482 450 000,00 (mil milhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil dobras).

c) As despesas financeiras destinadas à amortização da dívida pública, estimada no valor de 154 261 000,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e uma mil dobras).

5. Principais constatações feitas pela 1.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Comissão Especializada Permanente.

A 1.ª Comissão Especializada Permanente constatou que:

A Criação das condições básicas para o relançamento do crescimento económico médio superior a 7% gerador de postos de emprego (directos e indirectos).

Reforço da coesão social, através da melhoria da eficácia e operacionalidade da acção do Estado, no sentido de resgatar e devolver dignidade à condição humana dos são-tomenses, com relevância para mais equidade, mais justiça social e mais programas de emergências e de reinserção social.

As Grandes Opções do Plano, para o Ano Económico de 2019, apresentam iniciativas conducentes à transformação estrutural da economia são-tomense, bem como as medidas sectoriais prioritárias.

Os domínios prioritários de intervenção assentam-se fundamentalmente nas áreas de infra-estrutura, com destaque para as infra-estruturas de transporte; de captação e distribuição de água às populações; de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica; de reforço a produção de culturas alimentares e de exportação; de acesso e melhoria da qualidade do sistema educativo, bem como de cuidados de saúde.

Já é visível o esforço do Governo na ofensiva diplomática (diplomacia económica, financeira e não só), com o objectivo de mobilizar recursos, razão pela qual prevê as melhores perspectivas para o ano 2019.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente constatou e recomendou o seguinte:

Constatação:

1. Educação

a) Os valores disponibilizados para bolsas de estudo parecem ser insuficientes para atender a toda demanda Nacional.

b) Verificou também a inscrição de algumas obras que já foram executadas, pelo que considerou que há necessidade de se clarificar no documento que se trata de acções de continuidade e não de novas obras.

2. Saúde

a) Apresenta grandes constrangimentos, com limitações acentuadas de acesso das populações à prestação de cuidados de saúde com qualidade, o que tem por consequência o aumento do nível de pobreza das populações sem capacidade financeira, para suportar os custos decorrentes da subida de preço da prestação de cuidados de saúde.

b) O Governo considerou a saúde como um dos sectores prioritários da acção governativa, pelo seu impacto directo na qualidade de vida dos são-tomenses, tendo alocado uma percentagem de 16% do seu Orçamento para o sector.

c) Os documentos prevêem acções com o objectivo de melhorar o Sistema Nacional de Saúde, bem como a transformação, reorganização e fortalecimento das infra-estruturas sanitárias.

Recomendou:

a) Que sejam executadas as obras de requalificação e apetrechamento das unidades sanitárias distritais, de modo a descentralizar os serviços;

b) Que se melhore a qualidade de serviços de atendimento e, consequentemente, se reduza o tempo de espera no centro hospitalar;

c) Que se melhore a qualidade de acesso aos serviços especializados de saúde através de consultas médicas distritais;

d) Que se capacite e melhore a gestão dos recursos humanos no Sector da Saúde;

e) Que se introduza a avaliação de desempenho dos profissionais da saúde, de modo a garantir o atendimento humanizado;

f) Que se reduza a taxa de comparticipação do sistema de saúde;

g) Que se garanta a boa gestão dos recursos arrecadados, bem como dos consumíveis e medicamentos;

h) Que se aumente a vigilância epidemiológica do Programa da Luta contra o Paludismo.

3. Emprego e Segurança Social:

a) A verba afectada às ONG parceiras de acção social, bem como às pessoas portadoras de deficiência são insignificantes;

b) As verbas direccionadas para as acções do Sector de Emprego são insuficientes e não existem acções com vista à orientação e apoio a pessoas desempregadas ou em situação de emprego precário, por exemplo a operacionalização do Centro de Emprego;

c) Alocar mais verbas às pessoas portadoras de deficiências, bem como para as ONG parceiras da acção social;

d) Encontrar mecanismos para a implementação de Lei de Base de Pessoas Portadoras de Deficiência;

e) Melhorar a situação da pensão mínimas das pessoas não contributivas;

f) Operacionalizar o Centro de Emprego.

A referida Comissão concluiu que existe uma correlação entre as medidas e as acções elencadas no Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2019.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente constatou que:

a) Existe uma interligação entre o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado;

b) No que respeita à proposta de lei sobre o OGE, verificou-se com satisfação que, no que toca ao Sector dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, está reflectida a previsão de recursos com

vista a efectiva implementação das correspondentes medidas de políticas constantes nas Grandes Opções do Plano.

A 5.ª Comissão Especializada Permanente constatou que:

a) Relativamente à elaboração da Estratégia Nacional contra Violência Baseada no Género, considera que é de extrema importância para a implementação das acções, tendo em conta a realidade actual do país, relacionado com a violência;

b) A descentralização dos centros de aconselhamento vem sobremaneira melhorar os serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica, mas verifica-se que não existem verbas inscritas para a construção desses mesmos centros ao nível nacional;

c) É salutar a prática das mais distintas modalidades ao nível do desporto nacional, bem como as diferentes acções para o seu desenvolvimento, visando a promoção da coesão social e a projecção da imagem do País;

d) Face à actual situação de desemprego que se regista no País, com particular repercussão para a juventude, o empreendedorismo tem como a finalidade de elevar o nível de vida dos jovens;

e) No que concerne a família, existe continuidade das actividades relativas a educação parental, pelo que necessário se torna alocar mais recursos para o efeito;

f) Relativamente às telecomunicações, considera-se que o seu desenvolvimento deve ser devidamente acompanhado através de criação de condições do sector afim. A verba afectada à comunicação é insignificante, tendo em conta as demandas actuais do sector.

6. Constatação e conclusão:

Na análise da proposta do Orçamento Geral do Estado, a 2.ª Comissão constatou que o tecto orçamental para o presente Ano Económico (2019) apresenta uma diminuição em relação ao Ano Económico de 2018;

A Comissão constatou ainda que a aposta do Governo para a melhoraria da qualidade dos serviços, nos sectores prioritários para a redução da pobreza (Educação, Saúde e Agricultura), alocou 39% do Orçamento para o ano de 2019 e relativamente ao programa de investimento público, para as infra-estruturas, cerca de 22,8%, estão destinados ao referido sector;

A Comissão constatou que, relativamente à divida pública, esta apresenta uma tendência crescente, conforme o gráfico 9 da página 35, da proposta do orçamento que foi distribuída. Entretanto, o Governo, para o Ano Económico de 2019 prioriza o pagamento e/ou renegociação da mesma;

A Comissão conclui que nas propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019 existe um esforço da parte do Governo que reflecte uma orientação estratégica baseada em metas, indicadores macroeconómicos e políticas públicas mais concretas, capazes de mais rapidamente alavancar a economia, não obstante constatar que algumas acções constantes de as Grandes Opções do Plano não estarem reflectidas no OGE (Orçamento Geral do Estado).

7. Recomendação:

Considerando que as propostas de lei em apreço cumprem todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários à sua tramitação, a Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública, recomenda que sejam submetidas ao Plenário, nos termos dos artigos 209.º e 210.º do Regimento da Assembleia Nacional, para discussão e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente, em São Tomé, aos 19 de Março de 2019.

O Presidente, Carlos Manuel Cassandra Correia.

A Relatora, Cristina Maria Fernandes Dias.»

Sr. Presidente, antes de terminar, gostaria de apresentar outro parecer. Pode ser!

«Parecer relativo às alterações feitas aos mapas das propostas de lei de OGE, relativo ao Ano Económico de 2019.

A 2.ª Comissão esteve hoje reunida, 21 de Março de corrente ano, em sessão de trabalho para apreciar e emitir o parecer, conforme o Despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional sobre as alterações feitas aos mapas das propostas de lei n.º 2/XI/2019 – Orçamento Geral de Estado para o ano 2019 e constatou o seguinte:

Relativamente à Resolução n.º 2/2019 do Conselho de Ministros, referente às alterações feitas aos mapas do OGE e concluiu que houve uma redução na percentagem atribuída ao Ministério das Obras Públicas, Recursos Naturais e Meio Ambiente. Procedeu-se à uniformização da alteração do OGE ao orçamento da Assembleia Nacional, conforme os mapas em anexos.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente, em São Tomé, aos 21 de Março de 2019.

O Presidente, Carlos Correia.

A Relatora, Cristina Dias.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, feita a apresentação dos pareceres, aí sim, estão abertas as inscrições para o debate das GOP e do OGE, na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, antes de passar aqui uma introdução daquilo que é a visão do Partido ADI sobre o OGE, eu gostaria de cumprimentar os colegas Deputados da Assembleia da República de Portugal e de Cabo Verde.

Excelências, a discussão e aprovação do OGE é sempre um momento aguardado com bastante ansiedade e expectativa pela comunidade nacional. Por um lado, porque permite aos que trabalham conhecer os esforços que terão que fazer para continuar a alimentar o Estado e, por outro lado, porque encarna as orientações de política que o Governo pretende implementar, o que permite ao sector empresarial, igualmente a cada cidadão, em particular, definir a sua conduta pessoal.

A centralidade do OGE resulta, sem sombra de dúvidas, da sua capacidade de impactar sobre a vida da Nação inteira e de todos nós, transformar e proporcionar mais justiça, mais equidade, mais coesão e mais inclusão. Sr. Primeiro-Ministro, tudo será uma questão de escolha, de capacidade e de imaginação na afectação de recursos disponíveis.

Porque estamos em democracia, Sr. Primeiro-Ministro, as convicções, as vontades e as promessas expressas em campanhas eleitorais devem ser defendidas, reafirmadas e claramente reflectidas no OGE. Esta é uma questão de palavra, mas…

O Sr. **Presidente**: Sr. Deputado, estão a informar-me que a Rádio não está a transmitir.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): —… Obrigado, Sr. Presidente. É coincidência.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Senhores técnicos…

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Informam que já está no ar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, tenho que o felicitar por isso.

Como eu dizia, Sr. Primeiro-Ministro, porque estamos em democracia, as convicções, as vontades e as promessas expressas em campanhas eleitorais devem ser defendidas, reafirmadas e claramente reflectidas no OGE. Esta é uma questão de palavra, mas igualmente de confiança na acção política e de credibilidade daqueles que têm a responsabilidade de conduzir os destinos do País. Sendo absolutamente necessário fazer uma avaliação da situação herdada, é preciso rapidamente moderar a sua importância, para não comprometer irremediavelmente o futuro de toda a Nação. Ontem, como hoje, continuamos a pensar que podemos ir mais além e que o nosso país e o nosso povo não têm uma vocação para a miséria, não estão condenados à pobreza e não devem ser condenados ao subdesenvolvimento. Por conseguinte, o Sr. Primeiro-Ministro, reposta a hora do passado, repostos os juízes de serviço, instalados que estão os militantes, incluindo os irmãos, as irmãs, as primas e primos e sobretudo reparada e suada a buzina da feira grande, é hora de passar a coisas sérias, porque nada disso trouxe clareza nas suas intensões, bem como nada disso criará riqueza, coesão e inclusão. Tudo isso une, apenas e exclusivamente, as pessoas que já têm os mesmos propósitos e desígnios.

O apelo do Grupo Parlamentar do ADI e do Partido ADI à passagem ao acto significa transparência, coerência e o respeito aos nossos concidadãos, evitando mentir-lhes em permanência, de explorar vergonhosamente as suas ignorâncias e tirar proveito sádico das suas angústias e aflições.

O ADI tem absolutamente a consciência, Sr. Primeiro-Ministro, de que os tempos foram e continuam a ser difíceis e o futuro será cada vez mais difícil e complicado para uma economia tão vulnerável aos choques externos, exigindo dos governos muito realismo, habilidade imaginação, sagacidade e competência.

Apregoar que o MLSTP/PSD não tem culpa de nada neste país, que o Sr. Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus é um santo, colocar todas as responsabilidades sobre os ombros do anterior governo e do seu chefe, ao mesmo tempo que o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Bom Jesus, e os seus Ministros desdobram-se em anúncios fantástico e de facilidade, pode ser confortável e servir até de calmante, mas, como todos os calmantes, este também apenas atenua temporariamente a dor e os sofrimentos. Tão logo os seus efeitos cessarão, a dor e o sofrimento regressarão, com toda a sua indiferença e brutalidade. Esta atitude não resolve os problemas reais, uma vez mais não cria riqueza, não mobiliza vontades e competências, enfim, não altera a dramática realidade em que vivemos, nem tão pouco ajuda a configurar um futuro melhor para todos.

O discurso de Sua Excelência o Primeiro-Ministro e a proposta do OGE que submete à discussão desta magna Assembleia apresenta uma realidade totalmente distinta daquela que o Sr. Primeiro-Ministro esforçou-se horas a fio nos órgãos de comunicação social para vender aos são-tomenses, com argumentos sem qualquer sustentação.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Por um lado, temos uma proposta de OGE que não é certamente *clincatá*, tão abundante é a distribuição de taxos, mas estamos nitidamente perante uma proposta de austeridade que não resultou em parte nenhuma onde foi aplicada, sem uma coerência política interna, que não reflecte uma clara orientação, nem fixa metas tangíveis. Estamos perante um OGE que irá piorar e agravar a vida dos são-tomenses.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Estamos perante uma proposta de austeridade cega, mas que escolhe os seus privilegiados e não permitirá sequer que a grande maioria possa gatinhar, estando à vista uma paralisia severa do País, do seu empresariado, das famílias e de cada um de nós, que provocará inevitavelmente inveja do *clincatá* e fará dele não só um ente, mas sobretudo um estado apreciável.

Na apoteótica celebração dos 100 dias de governação do XVII Governo, liderado por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, o Dr. Jorge Bom Jesus, anunciou à Nação que vai construir um porto acostável, por vezes apelidado de comercial, sem que se aperceba o real sentido e alcance das suas afirmações.

Sr. Primeiro-Ministro, no Porto de Ana Chaves, também encostam navios e lá também se faz comércio. Até mesmo no pontão da Praça da Independência encosta os pesqueiros.

Anunciou ainda que vai construir um aeroporto, expandir o velho e modernizá-lo. Em que consiste tudo isso? Não sabemos, o povo não sabe, ninguém conhece os estudos e modelo de financiamento.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Anunciou ainda a expansão da cidade de São Tomé, a capital de São Tomé e Príncipe, quando não dispõe de um plano de ordenamento do Território Nacional e o problema nem sequer está na dimensão da cidade, mas sim na sua organização, saneamento, racionalidade e gestão de processos que torna uma cidade digna desse estatuto que acolheu há muitos séculos. Mas o que choca ainda mais é que esses anúncios não têm qualquer acolhimento e correspondência nas linhas e créditos orçamentais previstos na proposta de OGE para o Ano Económico de 2019.

Em benefício da dúvida, somos forçados a pensar que essas infra-estruturas fundamentais, que reconhecemos, para o crescimento e desenvolvimento do País, não serão erguidas com fundos públicos próprios, nem tão pouco com donativos da comunidade internacional. Serão certamente obras de investidores privados. Ainda assim, é obrigação elementar de um governo democrático dizer ao povo e aos seus representantes aqui presentes quem são estes investidores que desejam colocar as suas riquezas no nosso país,…

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — *Piá*!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — … quanto será investido e quais as contrapartidas, que sacrifícios teremos de suportar e por quanto tempo as gerações futuras terão de suportar esse fardo. A proposta do OGE para o Ano Económico 2019, que Sua Excelência apresenta, não reflecte, como já dissemos atrás, uma política, uma vontade única e coerente, uma escolha, uma linha de orientação e não traduz um equilíbrio espacial.

Nessa proposta de Orçamento, Sr. Primeiro-Ministro, vemos pouco a Ilha do Príncipe, o que não concordamos.

O sector empresarial nacional não tem qualquer referência neste Orçamento e não há qualquer incentivo, quer do ponto de vista da organização, facilitação e simplificação de procedimentos, quer ainda de incentivos fiscais para reduzir o peso da burocracia, encargos sociais que suportam os impostos que paga, aliás, uma promessa de campanha para permitir a sua afirmação e melhorar a sua competitividade. De igual modo, a proposta de OGE para o Ano Económico de 2019 não responde aos compromissos da justiça salarial, bem como de acordos anteriormente celebrados e que vinculam expressamente o Estado, mormente no que respeita às forças defesa e de segurança, aos professores, aos enfermeiros e aos funcionários públicos em geral.

Não podendo falar de traição, as melhorias verificadas em certos sectores e direccionadas para determinadas categorias forçam-nos a falar de falta de seriedade na gestão de assuntos públicos.

A República, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, tem de ser justa, tratar por igual todos os seus cidadãos e honrar os seus compromissos. Já não basta reclamar união, pedir o apoio do povo, a coesão e inclusão, quando uns são escolhidos e outros simplesmente excluídos.

Face às perspectivas da economia mundial e o seu impacto no desempenho da economia nacional, jamais atingiremos as metas macroeconómicas inscritas nesta proposta de OGE para 2019. A vulnerabilidade e as incertezas pesam sobre as fontes de financiamentos externos indicados pelo Governo, associadas à ausência de incentivos e demais medidas de políticas legislativas, fiscais e financeiras, em benefício do sector produtivo, sobretudo quando no plano interno regista-se uma ausência de medidas disciplinares e de gestão para manter as finanças públicas dentro dos padrões universalmente aceites.

Sr. Primeiro-Ministro, não queremos aqui anunciar o apocalipse ao menino Jesus, mas é nossa profunda convicção que este OGE será, dentro de dias, aprovado pela coligação, não a nova maioria, porque esta maioria já não é nova, que suporta o Governo, não contém elementos que permitam responder adequadamente aos desafios da actualidade, estimular o crescimento da economia nacional, melhorar as condições de vida das populações, enfim, projectar o País para o futuro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, caros colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Neste Governo, prometemos falar só a verdade. Eu, como Ministro das Finanças, assinei dois contractos, e são donativos. Um para o estudo do porto acostável, o outro para a protecção social, escola do turismo e empreendedorismo. Para o porto, os estudos são 2 milhões e o resto, 10 milhões. Pela transparência, mandamos uma cópia para a Assembleia Nacional, para o Tribunal de Contas,…

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

…porque queremos falar com documentos.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Ao contrário do que fizeram.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Por isso é que este Governo e qualquer governo que vier, se pensa mesmo em São Tomé e Príncipe, tem que ter na agenda um porto e um aeroporto, como deve ser, para o bem deste povo, porque é a única porta de entrada que temos e sabemos o perigo que estamos a correr.

Sr. Primeiro-Ministro, está cá os representantes do FMI e, pela primeira vez, disseram que quando saíram daqui em Janeiro, insistimos que falassem a verdade, porque temos os dados, e disseram que a situação de São Tomé, após saírem daqui em Janeiro, foram fazer uma análise profunda, ela é muito sombria. Por isso, é preciso sabermos primeiro o que o País tem e como vamos fazer para corrigir.

Temos uma taxa de crescimento de 2.7% em 2018, abaixo do da média de África, temos uma taxa de inflação de 9%.

No nosso Orçamento, se prestarem atenção, estamos a lutar para cumprir o que efectivamente falamos. Propomos aqui reduzir algumas tarifas sim, é claro que no primeiro ano estamos a conhecer a economia do País, não podemos fazer tudo, temos 4 anos, mas mesmo neste primeiro ano, o estudo que fizemos, o governo cessante aumentou algumas taxas. Falou-se muita coisa, mas o objectivo era para aumentar as receitas. A conclusão é que as receitas caíram e estamos a propor alterar essas taxas para baixo, para incentivar que haja mais receitas para o cofre do Estado.

Estamos a fazer um Orçamento realista. Primeiro, já estamos no fim do primeiro trimestre. Segundo, o Orçamento cessante rondava os 155 milhões de dólares, queria salvaguardar uma coisa aí. Quando se fala da liquidação, não significa dizer que esta despesa foi paga, faz-se a despesa e não se paga. Por isso é que o nosso saldo primário que o FMI tinha como meta 1%, chegamos provisoriamente a 2.2%. Tudo indica que pode subir mais em 2018, porque assumimos o compromisso sem termos condições de pagar. Não sei se o Orçamento baixo é raquítico ou se alto é para construir casa no alto mar sem sustentabilidade. Não sei qual é que serve. Se é um Orçamento que o valor é baixo, que deve corresponder à nossa realidade, é raquítico ou com valor alto, e sabemos que não vamos cumprir, se é melhor. O que nós queremos agora é, dentro deste Orçamento, tudo que colocamos, com o apoio do FMI e dos Deputados, o Governo chefiado por Dr. Jorge Bom Jesus, do qual faço parte, daremos aos Srs. Deputados todas as informações que precisarem e nada será comprometido. Nenhum contrato que envolva empréstimos, com as obrigações do Estado que as Finanças participem, não será assinado sem antes a Assembleia dar o seu aval.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

É que para mim foi uma surpresa ter ouvido aqui, esta manhã, a leitura de um segundo parecer da 2.ª Comissão. Estranha-me bastante. Em primeiro lugar, porque já aprovámos um projecto de resolução, em que fixámos as despesas do orçamento da Assembleia Nacional. Portanto, não pode vir agora uma proposta de resolução do Conselho de Ministros solicitar a alteração. Ou fazemos um orçamento rectificativo, para acertar a questão, porque eu vejo aqui, nós tínhamos fixado um valor de 90 milhões. Na minha Comissão, demos conta disto também, que o valor não era certo na Assembleia, com o OGE. E agora, fazem uma proposta de resolução para ajustar o valor. E eu pergunto: como é que isso é feito e

porque é que esta resolução tem que ter um parecer da 2.ª Comissão, quando nós desconhecíamos esta informação. A informação deveria, em primeiro lugar, circular para os Srs. Deputados, para nós termos conhecimento dela.

Esta é a minha primeira dúvida.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Idalécio Quaresma, tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Eu tomo a palavra, porque o Ministro das Finanças dizia que o Governo sempre elegeu falar a verdade. Por isso, é sempre bom quando o Governo fala a verdade, mas só que eu gostaria de relembrar ao Sr. Ministro das Finanças e o seu Governo que começou por mentir à Nação. É bom que relembre isso, porque quando dizia que a dívida pública, a dívida do País, está por mais de 500 milhões de dólares. Eu não sei, quando o senhor apresenta um mapa com 308, o senhor mentiu à Nação. Eu acho honestamente que devia pedir desculpa. Devia pedir desculpa por ter faltado à verdade.

E também dizer que não me lembro, estou nesta Casa há algum tempo, que algum contrato que engaja o Estado, que engaja o País, teria sido assinado sem que passasse pela Assembleia Nacional…

Risos e murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

…eu acho que isto é mais uma brincadeira por parte do actual poder, da actual maioria, mas nós já estamos habituados a essa brincadeira, por isso não nos preocupa muito. Nós sabemos que este Governo é um Governo que fala a verdade. É bom. É só para alertar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro das Finanças que vai ter que falar muitas vezes, por isso é preciso se acautelar e de facto falar a verdade à Nação, e o povo agradece. Como representante do povo, estou a dizer-lhe que o povo agradece, quando um membro do Governo não falta com a verdade, fala sempre a verdade.

Nos primeiros dias da governação, também se referiu muito que o Governo anterior asfixiou o sector privado, o mesmo está descapitalizado. É só para dizer que nós temos que parar com propagandas políticas. A partir do momento em que termina as eleições, há um novo Governo e é preciso encarar a governação com seriedade e evitar propagandas políticas constantes.

Eu não vejo, neste Orçamento, daí que peço a sua ajuda, nada que o Governo pretenda fazer para alavancar o sector privado, de concreto. Falando com verdade, eu não vejo. Eu gostaria que me explicasse claramente o que é que o Governo pretende fazer para alavancar o sector privado.

Já que estou no uso da palavra, gostaria também de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que olhasse muito bem para o seu Governo, porque várias vezes o senhor foi dizendo que pretende dirigir um Governo de inclusão, mas, fracamente, de inclusão o seu Governo não tem nada. Há funcionários a serem postos na rua e o senhor, se calhar, não sabe. Pode ser! Por isso é que eu estou a pedir-lhe. Olhe bem para o seu Governo. Há funcionários a serem postos em casa, a criar problemas de depressão, por aí fora. Isso pode ser grave. Porquê? Porque se o senhor, no seu discurso, falando a verdade, como sempre, diz que pretende incluir, fazer uma política de inclusão, não sei por que carga de água é que, de facto, alguns dos seus sectores, algumas direcções colocam as pessoas na casa. Reparem! Não são pessoas que foram pedir, que estão nos sectores de favor. As pessoas que estão de favor, ok, mas as que estão no sector, com competência, porque estiveram a exercer uma função e, obviamente, foram trocadas de função, têm que ser mandadas para o seu lugar de origem. É por isso que peço que o senhor olhe para o seu Governo e tente saber onde é que está esse problema, para o corrigir, por favor.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: **—** Muito obrigado, Sr. Deputado António Miguel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, hoje é um dia importante para a Nação.

Sr. Ministro das Finanças, um amigo, pelas funções que ocupámos, mas hoje vamos falar do Estado.

O meu colega Deputado José António Miguel falou sobre a questão da clareza e da verdade. E quando estamos a afirmar que estamos perante um Governo fraco e um Governo que conta histórias, estamos a dizer a verdade. A verdade está deste lado…

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD):**—** Xiê! Será?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — …quando veio cá o Governo fazer o debate sobre o Estado da Nação, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças disseram que estavam a trazer dados que não eram conclusivos, porque não tinham muitos conhecimentos. Quer dizer que, na altura, não conheciam verdadeiramente o País. Não é verdade? Hoje, já conhecem verdadeiramente o País. Nós ficamos satisfeitos, por conhecerem bem o País. Como conhecem bem o País agora, justifiquem ao povo

qual a diferença entre 500 ou 600 milhões de dívidas, e agora está aí uma tabela apresentada pelo Governo, de números redondos, 300 milhões. Então, alguém faltou com a verdade.

Sr. Ministro das Finanças, por quem eu tenho grande respeito, por favor, esse esclarecimento é preciso.

O Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças falam e vangloriam-se de acordos assinados, de donativos, é bonito, nós agradecemos pelos donativos, mas quando falo, falo com uma certa graça. Agora, nós queremos saber se esses donativos são seguros, se virão mesmo e, se não vierem, qual é a garantia?

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — É previsão.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito bem, Sra. Deputada. É previsão, disse bem. Então, qual é a sustentabilidade deste Orçamento, que se fia mais em donativos?

Por outro lado, eu sei que o Sr. Primeiro-Ministro não vai fazer magia. Embora seja Bom Jesus, nós sabemos que não vai fazer milagres, mas estamos a chamar o Sr. Primeiro-Ministro à realidade. Portanto, o Sr. Ministro das Finanças disse aqui que vai diminuir taxas. Bom, confesso que eu aprecio o Sr. Primeiro-Ministro, quando fala, fala muito bem, tem bom discurso, mas, Sr. Primeiro-Ministro, hoje não há prosa, não há poesia, não há história. Há factos e nós queremos saber desses factos. Vão reduzir as taxas, muito bem, que taxas, quais são e por quê essas taxas?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Deputados de Portugal e de Cabo Verde, caros presentes, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, estive a analisar os documentos que nos trouxe hoje aqui para debater, preferi concentrar-me nalgumas coisas que, para mim, afectam muito a população, sobretudo da Região Autónoma do Príncipe.

Relativamente à questão de infra-estrutura, peguei na questão dos transportes. O Governo, de facto, tem essa preocupação, mas ali não está definido que tipo de transporte. Creio que se fala de todo o meio de transporte, mas eu pego, fundamentalmente, na questão da ligação entre as ilhas, os transportes marítimo e aéreo, porque isso de facto tem causado enormes problemas às pessoas, sobretudo as que residem no Príncipe.

A ligação aérea é constante, neste momento temos cerca de seis ou sete voos por semana, mas tem um problema, porque as pessoas de salário mínimo não conseguem comprar um bilhete para andar de avião. Portanto, as pessoas de salário mínimo precisam de acumular 3 a 4 meses de salário, para depois fazerem uma viagem. Bem, a ligação marítima, que é mais barata, esta praticamente inexistente, e com muitas dificuldades.

As pessoas que não têm um emprego fixo, no Príncipe, estão viradas para pequenos negócios. Pessoas que têm a necessidade de salgar peixe, para vir vender em São Tomé, trazer um bocadinho de banana frita, limão e outras coisas, para ter alguma sustentabilidade, para resolver os seus problemas, mas essas pessoas têm-se deparado com um problema muito grave.

Vêm para São Tomé, vendem seus peixes e aquilo que venderam, para comprar outras coisas para levar, mas acabam por ficar aqui, mais do que o tempo normal, porque não conseguem um transporte de regresso, acabam por gastar todo dinheiro e voltam novamente para o Príncipe, com uma mão à frente e outra atrás.

Bem, isto já vem de longa data, mas levanto esta questão, porque não vi, de facto, no Orçamentado, medidas de fundo. Aliás, não é um problema que este Governo vai resolver tão já, mais tem que pensar nisso, porque o problema é grave. Pelo menos tem que arranjar uma alternativa. No passado, já falamos aqui das alternativas para isso com o anterior governo, havia coisas pequenas que se podia fazer, pelo menos, para minimizar essa situação. Existem alguns armadores, os chamados proprietários de navios, porque existe alguns navios que têm condições para transportar pessoas e mercadorias para o Príncipe, com alguma segurança, mas eles têm também alguns problemas que o Governo precisa resolver. São navios com que o Governo tem que ter um compromisso, de forma a mantê-los aqui. Por uma questão de rentabilidade, eles se ausentam constantemente e provoca esse vazio e aumenta essa dificuldade.

Já na Legislatura passada, havia ali uma promessa do anterior Ministro das Finanças, em transformar alguns em navios de utilidade pública, que pudessem beneficiar de algumas isenções e assim poderem estar a fazer a ligação e ajudar as pessoas. Bom, isso não aconteceu, então, peço agora a este Governo que encontre uma solução mínima, através do sector competente, identifique os navios que estão em condições de fazer essa ligação, crie condições através destes privados, para que haja uma ligação marítima regular e segura.

Bem, um segundo aspecto que eu trago aqui, isto também esta ligado a esta questão dos navios, uma pergunta directa ao Sr. Ministro das Finanças. Se o Sr. Ministro não poder responder hoje, pode consultar os serviços, porque nós estamos em São Tomé e Príncipe, é uma situação que já debatemos muitas vezes. Eu já tive a oportunidade de conversar também com o anterior Director da ENAPORT, que está cá presente, agora é Deputado do ADI. Há uma questão de cobrança que se efectua no Porto do Príncipe, que é incompreensível.

Nós estamos em São Tomé e Príncipe, e no Príncipe há poucos importadores. A maioria dos produtos que entra no Príncipe é comprada em São Tomé. O produto sai do estrangeiro para São Tomé e Príncipe, já sofre todos os direitos fiscais e aduaneiros ao nível das Alfândegas em São Tomé. O importador que põe na loja já pagou tudo. No entanto, para se transportar esses produtos para o Príncipe, paga-se lá uma nova taxa, que eu não consigo compreender de quê. Já solicitei várias vezes, e dou exemplo claro. Neves também tem um porto. Se alguém fizer a opção de não levar a sua mercadoria para Neves de carro e levar de barco, chegando lá, terá que pagar outras taxas? Eu creio que o Príncipe e Neves é São Tomé e Príncipe. Portanto, eu não compreendo o porquê. Para mim, eu já tenho dito isso aqui, se estiver errado que me corrijam, há aqui dupla tributação, a não ser que haja uma outra explicação. Não compreendo como é que se cobra, da forma que se cobra no porto do Príncipe. Quando estamos em São Tomé e Príncipe, volta-se a cobrar um produto que já foi totalmente cobrado e taxado pelas autoridades.

Por último, uma pergunta à Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Sra. Ministra, nós assistimos, no País, muitas pessoas, pais e encarregados de educação, a lamentarem o problema do visto de estudante, que fez com que muitos alunos, até hoje, não saíssem do País. Daí que eu queria que, enquanto Ministra da…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a discutir o Orçamento Geral do Estado, na generalidade, e está a entrar em questões que não têm a ver com o Orçamento. Gostaria que fixasse a sua atenção no Orçamento Geral do Estado, se faz favor.

Muito obrigado.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — …ok. Obrigado, Sr. Presidente, e fico por aqui.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmaiel Espírito Santo.

O Sr. **Esmaiel Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, na esteira daquilo que disse o meu colega Deputado, anteriormente, de que precisamos de ver um orçamento realista, volto a trazer algumas preocupações, sobretudo as que estão ligadas à mesma frase dita pelo nosso Primeiro-Ministro, por que eu tenho imenso respeito.

Queria dizer que eu não consigo compreender como é que o Governo, pretendendo apresentar um Orçamento realista, prejudica alguns sectores, prejudica um ou outro Ministério. Falo disto, porque tenho elementos que justificam. Eu fiz a comparação, porque quando apresentei um *post*, hoje, falando do Orçamento, vi algumas reacções. Eu disse que também não me preocupa reacções, porque aqui eu tenho o microfone para falar, quando acho que alguma coisa está a faltar. Está a faltar o quê? Está a faltar resposta a certos sectores, sobretudo o sector que que esta bastante prejudicado no orçamento apresentado por Vossa Excelência, que é o Sector do Trabalho. Não vejo aqui falar sobre o Sector de Trabalho, que está ligado ao Ministério do Emprego, Assuntos Sociais, que felizmente o Ministro é do Distrito de Cantagalo. Eu vi um ou outro item, que eu comparei com o item do orçamento anterior, teve um número que justificava as solicitações, sobretudo que o Ministério tinha. E hoje, comparando com o item apresentado pelo Governo actual, eu reparo que decresceu o número para responder a essa solicitação que o Ministério tem, e tem bastante, sobretudo ligado ao campo de protecção social, que eu acredito que o vosso Ministério devia dar muito mais atenção, o que não vi plasmado no orçamento que Vossa Excelência apresentou.

No campo da política externa, que o Sr. Primeiro-Ministro disse que está bastante preocupado, que o seu Governo tem expedientes, o senhor devia dizer cá, porque ouvi atentamente um dos membros do seu Governo falar do governo da República de Ruanda. Tanto ouvi aqui citações de várias Sras. e Srs. Deputados, dizendo que o Ruanda é assado, o Ruanda é sanguinário, hoje Vossas Excelências recorrem ao Ruanda como salvador, como quem vem trazer soluções para a proposta do Orçamento que apresentam, quando as Vossas Excelências aqui nesta Casa disseram que o Ruanda é bicho, é assado e cozido. Eu acho que deveriam esclarecer alguma coisa ao povo.

Quando dizem que o Ruanda é a solução, tem política externa, vêm aqui justificar que hoje vêem o Ruanda como parceiro e que aquilo que disseram é mentira. Devem isso a este povo, porque se apresentam um orçamento realista, têm parceiros realistas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Já ouvimos cerca de cinco Deputados, não sei se o Governo quer fazer alguma intervenção. Sr. Primeiro-Ministro, quer fazer alguma intervenção? Ou alguém que indique?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito obrigado. Eu vou pedir, primeiro, à Sra. Ministra dos Negócios Estrageiros, para responder à questão pontual, relativamente ao Ruanda, que é uma relação Estado/Estado, e o Ministro do Plano e Finanças para dar algumas respostas.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades** (Elsa Pinto): — Sua Excelência Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Excelências, São Tomé e Príncipe faz parte do palco das Nações, faz parte das Nações Unidas, da União Africana, para aqueles que não saibam, tomem conhecimento, estou aqui para responder, faz parte da CPLP, da CEEAC e de outras Comunidades, quer sub-regionais, quer regionais e continentais. Ora, a nossa relação com os Estados que fazem parte da União Africana é uma relação que é sustentada por acordos de sede com a União Africana e pelos engajamentos multilaterais que temos enquanto Estado de São Tomé e Príncipe.

A nossa relação, quer com o Ruanda quer com outros países, baseia-se em acordos que estão assinados. Esses acordos existem e, de acordo com o princípio de continuidade de Estado, o XVII Governo não pode e nem deve rasgar os tratados e acordos. Eles existem e é neste princípio de continuidade de Estado de muita responsabilidade, que eu, Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, recebi em audiência Sua Excelência o Embaixador do Ruanda em Lunda, porque ele está acreditado junto ao nosso Governo, não pode ser de outra forma. É assim que Sua Excelência o Embaixador do Ruanda colocou a sua disponibilidade em continuar a cooperar com o Estado de São Tomé e Príncipe, de outra forma não poderia ser, e nós, o Estado são-tomense, reiteramos a nossa disponibilidade igualmente de recuperar as acções e continuar a cooperar com o Estado do Ruanda.

Para o conhecimento desta augusta Assembleia, eu fui formalmente convidada para uma visita oficial ao Ruanda, a partir do dia 6 de Abril.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu disse que estamos aqui para falar a verdade, e só vamos mesmo falar a verdade.

Se o Sr. Deputado notar, quando eu falei aqui de cerca de 500 milhões, o registo que está no sector da dívida pública é de 308 milhões. O Estado são-tomense assumiu a dívida da ENCO, que são 94 a mais ou menos 96 milhões de dólares que estamos a falar.

Aqui está o Presidente da Câmara, a dívida de Cantagalo não está cá, a dívida da Assembleia Nacional não está cá…

Risos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Protestos do ADI.

…nós estamos neste momento com o FMI a fazer este trabalho com todos os sectores. Se notar, eu disse que estão lá 308, mas a dívida deste país já chega a quase 500 milhões.

Quando assumimos, pedimos os documentos da Direcção do Tesouro …Sr. Deputado, estou a explicar e o que estou a falar tem papéis… então, pedimos ao Tesouro para nos mostrarem as dívidas que estavam lá, não tem a dívida que o Estado assumiu. Mandamos uma circular para todas as instituições. Antes mandaram-nos um mapa com o valor, dissemos que não queríamos aquilo, para nos mandarem todos os processos que originaram aquelas dívidas. Já pedimos todos os processos que originaram as dívidas. Por exemplo, a dívida com a MOTA-ENGIL, nem imaginam quanto é que é, e a dívida com a EGECON não estão cá. Eu tive um problema sério que vou explicar. Quando o HB e a STP AIRWAYS disseram que não vão transportar mais os doentes, está aqui o Ministro da Saúde, e apresentaram uma dívida, com faturas, de cerca de 70 000 dólares, sabem quanto é que estava no Tesouro? 7000 dólares, nos sectores todos, porque a dívida do Estado não pode ser vista apenas no Tesouro.

O que estamos a fazer? Como o FMI está cá e temos que colocar os valores que o Tesouro já tem suporte, perceberam? Por isso sempre salvaguardei 308 mais os outros que não estão registados, que estamos a trabalhar para registrar. O Orçamento que apresentamos são os que estão registados. O da ENCO que já tem o documento de suporte, nós estamos a negociar com o FMI a forma de colocação.

Por isso que os cerca de 500 milhões, que falamos, os deputados sabem que faz sentido.

Não vale a pena tapar o sol com a peneira porque é real, quando estiver registado este montante com todos os documentos de suporte qualquer um que quiser, poderá ir ao tesouro e confirmar.

Quando falei do acordo, estou a começar a ficar preocupado, porque mandei uma nota a pedir uma informação à Assembleia Nacional, se tem conhecimento do acordo dos 30 milhões, porque estamos a organizar o processo, a resposta foi que não autorizou e não sabe de nada, e tenho por escrito, não sei se é real ou não, quando estou a falar, falo com papel, tenho documento em que a Assembleia diz que não tem conhecimento, um contrato de 30 milhões, só com uma folha de papel, não sabemos quem assinou do outro lado.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Oh!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**:— Por essa razão, eu acho que nem valeria a pena entrarmos neste detalhe.

O sector privado, Sras. e Srs. Deputados,…

Murmúrios.

Estou a falar daquilo que pedi à Assembleia Nacional, por escrito. Outra questão, o sector privado, os incentivos ao investimento já constam na lei do País. Há incentivos, o quê que o Governo está a levar a cabo? Por ser o sector privado, não quer dizer que se vai colocar aqui o valor. Não! Estamos agora a tratar junto aos nossos parceiros essa possibilidade, tendo em conta que a taxa de juro no País é alta, é quase proibitivo porque os bancos comerciais não têm garantia de recuperarem os valores. Assim, estamos a fazer dois trabalhos, junto às instituições judiciárias porque acham que não há segurança jurídica para o negócio e aos nossos parceiros que nos pudessem ajudar na criação de um fundo de garantia.

A intervenção do Estado é só para ajudar o processo. A Deloitte já terminou o trabalho com o Banco Central para saber quais os bancos comerciais que estão preparados para fazer isso, e junto aos parceiros que houvesse um fundo de garantia aonde os empresários recorram a seu crédito já não a taxa de juros de 20%, mas estamos a negociar que seja até 5% para lhes facilitar. Nessa altura teremos que vir a Assembleia, que o Estado serva de intermediário forte e de confiança para que o banco comercial que irá desempenhar a função de banco de investimento, e aqui no País temos dois bancos com essa característica, o BISTP e BGFI, para conceder crédito neste sentido às empresas. Isso faz parte do Programa do Governo, incentivo ao sector privado, não vamos entrar em muitos detalhes porque está claro.

Era isso que eu queria explicar e repetir. Nós estamos aqui para falarmos a verdade, e notem na minha entrevista e mesmo aqui na minha intervenção é 308 mais, sempre salvaguardo 308 porque é o que o tesouro tem e se pode tornar público até receber o outro, mas os de 90 e tal milhões de dólares que o Estado são-tomense assumiu que vai pagar para que a ENCO fornecesse combustível, está lá registado e temos documentos.

Na altura, comprometimento de uma Primeira-ministra deste país, e de um ministro deste país, Primeira-ministra do MLSTP/PSD e ministro do ADI, por isso acaba sendo uma dívida do Estado. Todas as dívidas que os sectores têm, que não estão no tesouro, mas estão contabilizados, são dívidas do Estado.

Estamos a lutar agora para evitar aquilo que aconteceu durante muitos anos, os sectores têm dívidas mas não estão registadas, estamos sempre a dizer que são 308 mais na realidade não corresponde a 308.

Vejam só, no ano passado, qual foi o valor? E este ano? É só perguntarem aos sectores e muita gente cá esteve em ministérios e em direcções onde foram contraídas dívidas, apesar de saírem em Dezembro, sabem que deixaram muitas dívidas. Essas são dívidas do Estado, muitas delas não estão aqui representadas.

Relativamente às taxas que o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira referiu, pelo menos, aqui no Orçamento que eu tenho, não sei se haverá outra versão, no artigo 8.º diz cobrança de receitas, os pontos 9, 10 e 11 falam justamente disto.

O ponto 9 diz: «são desagravadas em 50% as sobretaxas aduaneiras previstas no artigo 2.º, Decreto-Lei n.º 21 de 17 de Novembro de 2016.»

Fala-se de bebidas de alcoólicas, o governo, na altura até as pessoas diziam, vamos aumentar a taxa porque as pessoas estão a fazer não sei quê, não sei que mais, sabemos o que foi dito e ofendeu muito a população de São Tomé e Príncipe, …

Murmúrios.

…mas o objectivo fundamental era para aumentar receitas, sabíamos nós. Após a análise feita isso provocou a queda de receita e mais levou que as pessoas consumissem bebidas que pudessem trazer mais problemas, nós queremos reduzir essa taxa para aumentar as receitas e tem aqui outro conjunto de taxas, ou seja, Sras. e Srs. Deputados, vou repetir, o que falamos, estamos com os pés no chão.

Muito obrigado.

O Sr. **Primeiro-Ministro**:— Sr. Presidente, permita que o Sr. Ministro das Obras Públicas complemente.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro das obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Publicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Osvaldo Abreu):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Com a permissão do Sr. Primeiro-ministro, gostaria de contribuir para o esclarecimento de algumas questões que foram aqui levantadas sobre o sector de transporte, o plano de ordenamento do território e outras de intervenção a nível do Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

Têm ouvido, através da comunicação social, alguma actividade de intervenção do Instituto Marítimo Portuário. Nós direccionamos agora uma política muito mais exigente em relação aos armadores, os agentes e os donos de embarcações que fazem o transporte de pessoas e bens entre as nossas duas ilhas

e não só. E o objectivo é claro: é diminuir, ou mesmo erradicar os tristes acontecimentos, que temos vivido nos últimos anos, em que os nossos cidadãos mais indefesos têm sofrido.

Nós temos ainda cidadãos que estão à espera de respostas do Estado sobre o desaparecimento dos seus entes queridos e que não fomos capazes de dar essas mesmas respostas. Portanto, é imperioso que os nossos serviços de Inspecção e Fiscalização façam melhor os seus trabalhos. Por vezes, somos mal interpretados, mas é necessário proteger as pessoas, proteger a vida humana, proteger o bem das pessoas e do País.

Temos algumas embarcações e acreditamos na boa vontade desses empresários que querem fazer esses transportes e o comércio, mas temos que ter a certeza que estas mesmas embarcações reúnam todas as condições que permitam a sua navegabilidade. Recentemente, tivemos um caso que um navio de regresso para São Tomé, ficou sem combustível. E tivemos que agir. E todas essas situações têm consequência e a consequência mais imediata é a diminuição de oferta de transporte para fazer esses exercícios. Percebemos isto e estamos a tomar as medidas necessárias, em conversação com aqueles empresários, não só como a polícia, mas sim, sermos proactivos no sentido de contribuirmos conjuntamente para que essas embarcações tenham condições. No entanto, é bom relembrar, o Estado é uno e nós falamos sempre na continuidade do Estado.

Em 2013, nós encontramos uma verba que foi deixada pelo governo de 2012, associada ao Projecto de Cabotagem que nós dedicamos a verba para a construção de raiz de uma embarcação, com as condições propícias para as nossas realidades. O projecto foi desenvolvido por um grupo de nacionais, com alguma assessoria, e havia dinheiro disponível. Com a mudança de governo, o projecto morreu, o dinheiro foi desviado para outras coisas. Quer a embarcação para fazer este transporte, nas nossas realidades, exige algumas especificações técnicas.

E, felizmente, o projecto existe, estamos novamente neste processo de mobilizar fundos, para, pelo menos, começar a ter uma luz no túnel de uma embarcação com todas as características que respondam a este processo de transporte. Enquanto isso não acontecer, vamos naturalmente, sempre socorrermos aos privados, exigindo que as condições sejam as melhores possíveis.

Relativamente à situação dos aeroportos, nós que vivemos aqui, que estamos aqui e alguns que temos a sorte de viajar, sentimos vergonha das condições que as nossas salas de visita oferecem aos visitantes, mesmo com a requalificação feita recentemente por uma empresa. Entretanto, nós concordámos, no âmbito da política deste Governo, e tendo em conta que o turismo, como é repetido muitas vezes pelo Primeiro-Ministro, é a nossa saída do ponto de vista económico e não só.

O Aeroporto Internacional é a porta de entrada e precisamos fazer uma intervenção nesta infra-estrutura. É assim e foi por isto que nós dissemos que vamos requalificar a nossa aerogare. Este processo está em andamento e o Sr. Deputado pode ter a certeza de que vamos fazê-lo.

Nós queremos, sim, fazer a expansão das nossas cidades. Queremos fazê-lo! E nós não gostaríamos de repetir o que aconteceu no passado.

Ter um projecto acabado, investimento garantido, naquilo que chamámos Gongá-Santo Amaro, e vir outro governo, parar, simplesmente, e deitar tudo fora. Foi uma pena. Porque hoje, teríamos melhores condições de acolhimento aos nossos cidadãos, se aquele projecto não fosse interrompido. Mas nós não vamos desistir. Estamos neste processo de mobilização de fundo e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que enquanto um pequeno país, enquanto uma pequena economia, as dificuldades que existem e este processo de interrupção dos investimentos, com a mudança de governo que os senhores fizeram, nos prejudicou.

O ordenamento do território, Sr. Deputado, está orçamentado, na rubrica 11-28…

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD):— Ele não lembra.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Está com cabeça em cima de Agostinho Fernandes!

… pode rever. Ao longo desses 3 meses em que estamos em funções, não fizemos mais do que receber os investidores, falar com as pessoas, nacionais e estrangeiras. Isso tem nos absorvido muito tempo e nós estamos convencidos que vamos modificar este país, com todos. Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD-MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro das Obras Públicas. Tem a palavra o Vice-Presidente Levy Nazaré.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente e os demais membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores, muito bom dia. Eu sei que ao pedir a palavra, estará muita atenção sobre mim…

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Fica à vontade. Ninguém vai bater o senhor aqui!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — …isso, por causa do meu silêncio, nos últimos tempos, na Casa Parlamentar, cujas razões são conhecidas por todos.

Por isso, antes de começar, gostaria de pedir a todos, encarecidamente, que não gostaria de ter palmas, por aquilo que vou dizer. Gostaria, sim, de pedir que prestassem bem, atenção naquilo que vou dizer.

Nós estamos hoje, mais uma vez, a debater o OGE. Na minha opinião, os problemas de São Tomé e Príncipe já estão há muito identificados. E, no meu entendimento, a solução passa por três factores. Depois de uma análise profunda, que eu fiz, nesses últimos tempos de silêncio, andei a reflectir sobre os problemas de São Tomé e Príncipe. Esses factores são: primeiro, entendimento entre os são-tomenses, segundo, o crescimento económico e o terceiro, a responsabilização.

Quanto ao primeiro factor, que é o entendimento entre os são-tomenses, aproveito para dizer, mais uma vez, que alguns conhecidos e amigos me interpelam e «*insistosamente*» insistem em me perguntar: Levy, porquê só agora? Eu, «*insistosamente*» insisto em lhes responder, que é melhor tarde do que nunca.

Os são-tomenses têm que se entender no essencial. Podemos fazer política, podemos ter partidos diferentes, podemos ter ideologias diferentes, podemos pensar de forma diferente, mas sobre alguns assuntos temos que nos pôr de acordo, independentemente do poder ou da oposição. Se não, nós não vamos lá.

Porque a história recente de São Tomé e Príncipe, desde o advento da democracia, nos mostra, para quem gosta de estudar, que não há outra via. Nós tivemos maioria absoluta, em 1991, de também 33 deputados. O que é que aconteceu? Quedas e quedas e quedas de governo. Nós tivemos governos de iniciativa presidencial. O que é que aconteceu? Estamos como estamos. Tivemos governo de coligação, com todos os partidos, ADI, inclusive, MLSTP/PSD e outros, PCD, MDFM, vários governos de coligação e o País está como está.

Nós tivemos governos minoritários, governo minoritário de um só partido e o País continua como está. Nós tivemos, recentemente, maioria absoluta, outra vez de 33 deputados, e com cinco das seis câmaras distritais e o País continua como está. Então, o problema não é de formas de governo. O problema, eu falo com algum sentimento, eu peço desculpa, mas nós temos que nos pôr de acordo, senão vamos lá…

Aplausos.

…Eu pedi que não queria palmas!

Risos gerais.

…A questão da coligação sempre existiu. E nós temos, hoje, uma geringonça a são-tomense, mas que também é experimentado nos outros países. E a expressão geringonça, o significado pode advir da recente geringonça portuguesa, mas temos que ir para o significante da palavra, não ficar preso ao significado. E há outros países que já experimentaram a geringonça, que não se falava de geringonça, e também estão como estão. E um exemplo é a Alemanha. Os dois maiores partidos governam a Alemanha, muito tempo e vê a Alemanha, como está!

Logo, o importante não é a coligação, não é maioria absoluta, é entendimento sobre o essencial e cada um fazer o seu papel. O governo faz o seu papel e a oposição o seu. Daí que, a esse novo poder, quero aqui também dizer, que é um poder muito frágil. E todos nós temos que ter a consciência disso. É um poder muito frágil!

Mas, se houver crises políticas, o que vier também será frágil. Como está a situação política são-tomense, ninguém pensa que vai ter, facilmente, a maioria absoluta, nos próximos tempos. Poderá existir, mas facilmente não será.

Logo, isto leva-nos a que temos que nos entender. Mas entender, Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, não pode ser no discurso dizer algumas coisas, mas na prática não corresponde com aquilo que se diz.

Isso para si, como todos outros governos que nós já tivemos aqui. Os discursos dizem uma coisa, mas na prática não é o que acontece.

Quanto ao crescimento económico, um país, como foi dito aqui, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, com 2.7% da taxa de crescimento, 9% da taxa de inflação, um país que 97.2% dos recursos vêm dos recursos externos, como disse aqui, nós não temos outra hipótese, senão começarmos, nós próprios, a criarmos fontes de rendimento interno. Senão é uma dependência eterna. E para isso, é preciso, como todos dizem, os governos devem criar todas as condições para recebermos o investimento privado estrangeiro. Não temos outra solução. Mas temos que sair de «blá blá blá», todos os governos, sem excepção, com maioria absoluta, coligados, geringonça, sem excepção!

Eu aproveito para trazer alguns *inputs*. É preciso rapidamente criar-se incubadoras, mas realmente, não é só de palavras, de pequenas e médias empresas, com a *startups*. E há países que podem nos ajudar nisto, porque estão a ajudar outros países nessa matéria. Eu falo, pelo menos, de dois países que eu conheço: Portugal e os Estados Unidos de América. Fui convidado para o programa do Governo norte-americano e fiquei umas semanas, nos Estados Unidos, no ano transacto.

E o assunto desse programa era exactamente pequenas e médias empresas. Eu percorri seis Estados norte-americanos, e a ver como é que eles ajudam os projectos das pequenas e médias empresas. Eu

penso que o Governo poderá, juntamente com a Embaixada dos Estados Unidos de América, eles estão disponíveis para ajudar nisso. E falando de pequenas e médias empresas, gostaria de criticar a forma como todos os governos, sem excepção, têm lidado com a questão do empreendedorismo. Aquela forma é errada! Não se pega jovens, sem habilitação, muitos deles, sem conhecimento de gestão, só porque estão desempregados, e dá-se algum valor: 3, 4, 5, 10 mil dólares, para criar empresas. Isso é deitar dinheiro fora. É preciso formar os jovens. Saber aqueles que estão em condições de receber essas ajudas, para eles criarem empregos, pequenas empresas, criar postos de trabalho. Essas pequenas empresas é que vão dar emprego àqueles, normalmente, beneficiários, quando houver dinheiro para o empreendedorismo. É preciso um sector de acompanhamento, exactamente, dessas empresas.

Eu já realcei aqui, peço desculpa, se há outras empresas, outras iniciativas dos jovens, mas quero repetir que me dá prazer de falar desses jovens que é *Frutinon*, pessoas como estas é que devem recair mais apoios e mais incentivos, e outras que também, com formação e acompanhamento, possam criar riqueza em São Tomé e Príncipe. Senão nós não vamos lá.

Sr. Ministro das Finanças falou de baixar as taxas. E todo o mundo sabe que eu sou um fiscalista também, fiz 10 anos na Direcção dos Impostos. Fui um dos elementos que fizeram a última grande reforma fiscal.

Não basta baixar as taxas, Sr. Ministro das Finanças. É preciso também alargar a base tributária. É fundamental. E mesmo assim, conhecendo a nossa realidade e a especificidade do nosso país, é preciso ter em atenção também aos técnicos tributários. Senão não chegamos lá. É preciso incentivar e motivar esses técnicos tributários. Senão, o Governo pode ter muitas ideias, mas nada vai acontecer. Porquê? Quando se fala do sector informal, normalmente nós temos a ideia daquelas pessoas que andam na rua, que não estão oficializadas, que não têm uma estruturação contabilística adequada.

Alguns têm loja, mas o volume de negócios não está dentro das lojas, nas casas comerciais, estão nas ruas com as *zungueiras*, desculpam-me a expressão angolana, e os jovens que andam pela rua, a vender, mas são produtos dos sectores formais. Mas, há outro elemento da outra parte do sector informal que é chamado o sector obscuro, ou a informalidade obscura, que é o peculato, a corrupção, a má gestão e tudo por aí adiante. Tudo isto também é que faz-nos tão dependentes do exterior e não nos deixa avançar. Esse sector também é informal, porque é dinheiro que deveria vir para o sector formal, para a economia e nem é tributado e são volumes de valores de negócios que passam por esse sector de peculato, de má gestão e de corrupção.

Sr. Ministro falou da criação de um fundo de garantia para permitir a grave situação que nós temos das taxas incomportáveis para a nossa economia, taxas de juro, que os bancos praticam. Mas os bancos também só praticam essas taxas devido a nossa realidade. Logo, o fundo de garantia só não é suficiente, Sr. Ministro. Não poderá ser suficiente, enquanto nós não resolvermos o problema da justiça. Logo, a reforma da justiça terá que continuar, senão nós não vamos lá, nós não chegamos lá.

E daí eu entro no meu último e terceiro ponto que é a responsabilização: Nós temos que criar no País uma política de responsabilização. Temos que responsabilizar as pessoas pelos seus actos. Estou à vontade para falar; poderá ser Levy Nazaré, um dia. Mas temos que responsabilizar as pessoas pelos seus actos! Mas a responsabilização não pode apenas passar pelo poder executivo, esse poder nem tem competência para isso, é poder judicial. O poder executivo terá a sua possibilidade de influenciar, não com pressão nos órgãos de comunicação social, mas sim com políticas da justiça, por parte do Ministério da Justiça para fazer as reformas. É lá onde a pressão deve ser feita. É preciso que no sistema judicial também, as pessoas têm que entender que elas têm um grande papel a desempenhar no desenvolvimento do País e elas têm que aceitar! Porque se elas não aceitarem, qualquer tentativa do poder executivo dos governos, qualquer governo, vão dizer que o poder político quer assaltar o poder judicial. Vão criar um corporativismo, que já existe, e não deixar que a reforma se faça. E vão dizer que estão a fazer reforma, a excluir os magistrados, a excluir o sector, porque não vão deixar!

Por isso é um apelo também, como cidadão, e como dirigente deste país, a estes colegas e companheiros do sector da justiça, eu falo colegas, porque sou advogado, é a minha classe profissional também. Estou suspenso pelas minhas funções parlamentares, mas pertenço à classe. Apelar a essas pessoas e dizê-las que têm grande responsabilidade, também, se querem um país melhor. Elas têm que aceitar a reforma da justiça, não ter medo de serem avaliadas. Não podem ter medo de serem avaliadas. No sistema, há muita gente boa, há muita gente capaz no sistema da justiça, há muita gente competente, há muita gente que quer trabalhar. Mas há outras que não querem e bloqueiam todo o resto e quando se fala da justiça mistura toda a gente e põem toda a gente no mesmo saco. Quando não é assim! E é injusto ser assim!

Com esses três sectores, eu não tenho dúvidas, entendimento entre os são-tomenses, deixar de política de ódio e ver os adversários como adversários e não como inimigos a abater.

Eu, hoje, repito: melhor tarde do que nunca! Recuso-me a entrar, enquanto for dirigente político, nesta política que nós estamos, já algum tempo a esta parte: de «*pinhã só ká txila pinhã*», desculpa se não expressei bem, de «*bô cá saía mu, ngá saía bô*», porque isso não nos leva a lado nenhum. Porque quando outro vier também…hein! O que é que vai acontecer? E ficamos nisso até quando? Estou a falar para seu Governo! Que está agora!... Podia falar para outro, que eu também pertenci. Tudo bem! Mas agora, que está no poder, é a si que eu tenho que falar: essa política de *'pinha só cá txilá pinhã, bô cá saía mu, ngá saía bô*! Não nos leva a lado nenhum. Nós somos tão pequenos. As nossas relações familiares são

tão,…podem dizer Levy, mas só agora, volto a dizer, melhor tarde do que nunca. Andei a reflectir, onde vamos com tudo isto?

Quando saiu daqui cruzo com pessoas no *CKDO* a fazerem compras, vou para um baptismo cruzo com pessoas, vou para um casamento cruzo com pessoas, vou para um jantar são as mesmas pessoas e como é que fica esse sentimento de ódio, de adversidade? Família contra família, tios contra sobrinho, pai contra filho, irmão contra irmão, por causa da política. Uma política doentia e o País está doente politicamente, temos que curar o País e todos nós temos a obrigação de o fazer, o poder e a oposição.

Aplausos.

É preciso também uma oposição forte, credível, responsável, que critica quando tem que criticar, mas também apoiar quando as políticas são boas porque diz respeito a todos os são-tomenses. Isso é fundamental e depois deixemos que o povo faça o seu papel no momento que tem que fazer porque a democracia é mesmo isso, e os que falam muito de democracia têm que perceber que a democracia não pode ficar nos meros discursos de retórica, tem que ser uma prática, no dia-a-dia, em todos os locais e em todos os momentos…

Murmúrios.

…em todas as instituições. São Tomé e Príncipe é um país democrático, é verdade, mas ainda não atingimos a maturidade política e democrática,…

Voz: — Muito bem!

… quer os dirigentes, muitos de nós, quer o povo de São Tomé e Príncipe, mas isso tem que começar por nós, temos que dar exemplo em atitude democrática e incutir essas mesmas atitudes no nosso povo. O povo não pode apenas ser democrático, quatro em quatro anos, três em três anos, cinco em cinco anos, quando é chamado as urnas, não! A democracia é um processo contínuo. Aproveito, para terminar, nesse processo contínuo da democracia de dar os meus parabéns a sociedade civil são-tomense que despertou e começou a assumir o seu verdadeiro papel num país democrático, quer o poder, quer a oposição têm que trabalhar em cooperação com essa sociedade civil que está atenta e vigilante, porque as organizações internacionais também já se aperceberam disso e estão a poiar esta mesma sociedade civil com formação e capacitação para serem mais interventivos. Porque senão, Sr. Primeiro-Ministro, de tudo que aqui disse, se não começarmos a apegar de facto a responsabilidade que temos nas mãos, se não começarmos a apagar o nosso poder e todos nós temos poder, volto a dizer. Muita gente pensa que poder é só estar nos cargos de poder, a oposição também é um poder e pode influenciar a governação. Se não começarmos a pegar o nosso poder, num país como nosso, como já disse, com as nossas características, se a justiça não assumir de facto o seu devido papel, podemos correr o risco do País entrar numa linha perigosa de cada um fazer a justiça com as próprias mãos, e não podemos deixar que isso aconteça. Aí de nós se isso começar, quem salva aqui?

É com essas palavras que vou outra vez me retirar e entrar no meu modo silêncio, só observo,…

Risos.

…até o momento que eu voltar achar ser oportuno de representar o meu povo enquanto tiver o mandato deste mesmo povo.

Obrigado pela vossa atenção.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, caras e caros deputados, como estamos em directo, gostaria de cumprimentar o povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Nesse momento, deverás importante que é essa discussão de dois documentos que vão servir de base para a vida económica e social do povo durante o ano que nos encontramos.

Sr. Primeiro-Ministro, nesta minha primeira intervenção, tenho quatro questões a colocar.

A primeira questão, tem a ver com o que constatei na Lei do Orçamento, na página 2, das fontes de financiamento no tocante a donativo.

Gostaria, em primeiro lugar, perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, se este donativo que vem ao apoio orçamental, de várias fontes, está garantido.

Vi no ponto 3 da Proposta de lei do Orçamento no artigo 2.º, que fala das fontes de financiamento e notei que há uma verba que também virá do saldo das receitas petrolíferas. Conforme a Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas, certamente foi buscar 20% desse valor que lhe dá direito. Daí a minha questão é a seguinte:

gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro em que parte deste Orçamento está alocado os 7% que a Região Autónoma do Príncipe tem direito.

A segunda questão, é no ponto 6 da Lei do Orçamento onde passo a ler: «ponto 6, capítulo da execução orçamental, diz o seguinte: «São mantidas as alterações das taxas de imposto sobre o consumo que incidem sobre os produtos e mercadorias de produção local, nos seguintes termos:»

Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos explicasse o porquê desta política, se ouvimos sempre no seu manifesto das eleições a baixa dos impostos. Por que vai manter aquilo que já existe?

Estamos a falar de produção local, de produtos e mercadorias, estamos a falar inclusive da *cacharamba* que há. Conheço muitos produtores, no Príncipe até há uma senhora que produz e paga os seus impostos. Ela não vai poder baixar o preço da *cacharamba,* se ela ainda continuar a pagar os mesmos impostos.

A UNITEL e a CST também não vão baixar os custos das chamadas se continuarem a pagar os mesmos impostos. Porque tínhamos ouvido o Sr. Primeiro-Ministro dizer no manifesto que iria baixar todos os impostos, então gostaria de saber como vai resolver isso.

A última questão é relativamente ao *stock* da dívida pública. O Sr. Primeiro-Ministro, na altura do Estado da nação falou em trezentos e qualquer coisa milhões de dólares, o Sr. Ministro das Finanças falou em quinhentos e setenta, quase a aproximar seiscentos milhões de dólares e vemos no documento na página 21 do Orçamento, o capítulo das despesas financeiras e de amortização da dívida pública onde passo a ler o segundo parágrafo:

«No cômputo do *stock* da dívida pública observa-se através do Quadro 4, que as mesmas atingiram até final de Dezembro de 2018, um pico de 296 milhões de dólares, representando o aumento em valores absolutos 4.3 milhões de dólares mais de 1,5% registado no ano transacto, em 2017. Ainda no período seguinte diz: «Excluindo os atrasos em via de negociação o *stock* da dívida passa para 198,5 milhões de dólares, o equivalente a 60. Ainda estou confuso. De facto, gostava que o Sr. Primeiro-Ministro me dissesse exactamente qual é a nossa dívida pública hoje, porque aqui está claro. Apresenta um pico de 296 e diz, excluindo as que ainda estão para poder se renegociar, excluindo os atrasados em vias de negociação, quer dizer que 296 menos 198 que ainda não,…

Vozes: — Mais, não é menos!

…. mas gostava que o Sr. Primeiro-Ministro me dissesse exactamente hoje, porque no debate sobre o Estado da Nação ouvimos um valor, a população ouviu falar um valor. Hoje o ministro vem falar de outras circunstâncias, o Sr. Primeiro-Ministro no debate sobre o Estado da Nação não foi coerente com o que o Sr. Ministro das Finanças disse, então precisamos saber exactamente que dívida pública o País tem hoje.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo, estimados colegas Deputados, boa tarde. Eu acho que este exercício que estamos a fazer, nesta augusta Assembleia, é de grande importância. Aliás, a própria proposta do documento que nos foi apresentado carece da nossa atenção.

Mas, em primeiro lugar, eu quero felicitá-lo, pela apresentação deste documento, porque nós sabemos que, em curto espaço temporal, o Governo, na sua pessoa, apresentou ultimamente o balanço dos 100 dias de Governo. Tem feito actividades que merecem a nossa atenção. Normalmente, um governo deve deixar marcas e, nesta proposta, apresenta algumas incidências no sector social, que é de extrema importância.

Um colega meu, Deputado, há bem pouco tempo, dizia que há questões que ele não vê aqui no Orçamento. Eu queria reportar a duas experiências. Nos dias que ele pensa vir ao Plenário, ele faz uma análise pessoal do conjunto de coisas que ele tem: sapato, camisa, gravata, casaco, meias ou outros utensílios interiores e faz uma selecção do que é que ele precisa comprar. Ele não vai comprar ao mesmo tempo 5 ou 3 camisas, meias e outras coisas. Ele faz uma avaliação daquilo que ele mais necessita e eis a razão que o próprio Orçamento focaliza a distribuição percentual, de acordo com os sectores mais nevrálgicos, mais necessitados.

Também dou outro exemplo, um indivíduo, ao preparar um comer, como eu que gosto do meu cozido de banana, ele vê se tem uma pinha de banana, lá atrás da casa, e diz que não vai comprar mais banana, só peixe, azeite, malagueta, ou coisa assim do género, para tomar posição na sua refeição.

No âmbito do Orçamento Geral do Estado, elege-se alguns sectores. É impossível, não conheço algum país que, de uma só vez, preencha todo o conjunto para o Orçamento Geral do Estado.

Eu gostaria de ver duas questões a nível do Orçamento, mas o Governo faz uma avaliação. Por exemplo, no País, nós deveríamos ter um parque natural, porque nós temos aqui árvores, com mais de 200 anos que, nalguns casos, têm sido devastadas. É uma das questões que, junto do Sr. Ministro da Agricultura, eu irei fazer a minha advocacia permanente.

O Sector da Saúde, a questão de hemodiálise, era bom que nós tivéssemos aqui no País um centro. Muitos países, mesmo com dificuldades de água, também o têm. Nós sabemos os custos e as despesas de isolamento que muitas famílias têm fora do País, por causa dessa doença. Portanto, são sectores que nós gostaríamos de ver. Todavia, é necessário que haja uma identificação destas questões todas.

Eu diria que era necessário ter marcas no olhar, credibilidade, mas para isso é necessário algum rigor. Tem-se começado a ver exemplos concretos que o Sr. Primeiro-Ministro tem dado.

Nós temos analisado muita necessidade e ausência.

Nós soubemos que o custo do edifício do Tribunal, aquele que era do Benfica,…

Vozes: — Supremo.

…Supremo, o montante que o dono tinha e o que foi aplicado não é real.

Temos o caso da AGER. Porque é que eu trago à colação esses dois exemplos? Há dias ouvi o Sindicato do Mistério Público condenar algumas palavras que o Sr. Primeiro-Ministro teria dito, quanto à Procuradoria da República. Eu quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que eu estou do seu lado.

A intervenção que o meu colega que me antecipou, Levy Nazaré, teve, como não podia ser, obviamente, foi uma questão elegante, de personalidade. No entanto, dizia que os Tribunais também têm que colaborar! Tem que haver rigor! Como é que queremos desenvolver o País, com muitos desperdícios? Indivíduos que foram acusados, passam como inocentes.

Uma voz: — É verdade…

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Espero que nós não tenhamos mais um exemplo, que que mais do que 100 Ribeiros e Castros venham mais aqui…

Risos.

…eu espero que não haja mais esses exemplos.

Nós temos na ideia essas questões.

Uma questão apenas que eu gostaria de não contrair, mas depois de analisar com o meu colega Levy, se no nosso caso a Geringonça… porque há uma diferença. Em Portugal, não houve dos outros partidos que apoiaram, mas no nosso caso houve uma intervenção de todos os outros partidos que fazem parte da coligação ou da nova maioria.

Meus caros colegas, eu não quero repetir outras questões que foram ditas aqui, de muitos desperdícios, das muitas imaginações, dos muitos sonhos da STP-London, que deu uma grande despesa ao País e que não vimos o resultado…

Voz: — STP-Trading!

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Também. No entanto, outras questões, os 30 milhões que nós até agora estamos a bater, que não se sabe o resultado. Eu, como cidadão, e todos nós gostaríamos de ver clarificado.

Murmúrios.

Obviamente! Eles têm que trabalhar, como vocês diziam, «deixa-os trabalhar!»

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, mencionando uma questão eclesiástica, e aqui o meu querido colega Abnildo poderá ajudar-me a nível dos 66 livros canónicos. Salomão pediu uma questão. O que é que Salomão pediu a Deus? Sabedoria e conhecimento.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Temos ainda seis Deputados inscritos. Vou referi-los, para saber se alguém ainda mantém a sua inscrição: Deputada Alda Ramos, Deputado Amaro Couto, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, Deputado José António Miguel, Deputado Arlindo Ramos, Deputado Felisberto Afonso e Deputado Maikel do Espírito Santo. Todos mantêm a sua inscrição?

Vozes: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Vamos suspender, já são 13 horas, por um intervalo de 1 hora e retomaremos os nossos trabalhos às 14 horas.

Eram 13 horas.

O Sr. **Presidente**: — Vamos retomar o nosso trabalho.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

Eram 14 horas.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Peço a palavra para expor aqui algumas questões.

Gostaria de me dirigir ao Sr. Primeiro-Ministro, que havia dito na sua intervenção que é necessário que haja coesão nacional. Sr. Primeiro-Ministro, parece-me que esta palavra só está a sair da boca para fora, mas na prática penso que deixa muito a desejar. Demitir pessoas, directores e sub-directores da escola, com alguns anos de experiência, com o problema que temos a nível da educação, mandar para casa sem dar outra alternativa, não é coesão. Não haverá coesão, haverá morte. Mandar alguém para casa, que não tem onde tirar um pão e tem dívidas para com o banco, o que poderá acontecer? Só quem não passou por dificuldade é que depois começa a estranhar.

Portanto, apelo às Sras. Ministras, que fazem parte deste Governo, que são mulheres e mães, tenham a vossa intervenção!

Tirar alguém, como sub-director de uma escola, Sra. Ministra da Educação, porque a pessoa está ligada ou trabalhou durante algum tempo numa determinada ONG, por fazer parte do ADI, não pode ser! Nós podemos ter uma conversa à parte e poderei explicá-la muito bem do que é que se trata…

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Sra. Deputada, só um bocado, pediram interpelação à Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu queria chamar atenção à Mesa, porque nós estamos aqui na discussão do Orçamento Geral do Estado, para ajudar os Srs. Deputados nas intervenções, quando fogem esse objectivo.

Era só isto, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Aérton, estamos atentos a isso.

Sra. Deputada, pode continuar.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — São algumas preocupações que nos tiram à paz e é preciso aproveitar o palco para coloca-las, em jeito de contribuição e de ajuda. Devemos colocar estas questões, para que haja na realidade coesão social.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças, com relação à reforma fiscal e ao IVA, eu gostaria de obter algum esclarecimento sobre como é que está a situação, em que pé está e o que é que o Governo pensa na resolução desta questão. Dentre os 500 candidatos, foram selecionados 25, através de um concurso, quadros com alguma capacidade. Portanto, eu gostaria de saber, tendo em conta que o FMI aconselha que o Governo continue com a reforma fiscal. Portanto, ouve-se, na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, que não há lei, não há suporte legal. Qual o seu plano para a criação de suporte legal? A Assembleia está aberta, nós estamos aqui. Qual é o plano, tendo em conta que este concurso não foi feito gratuitamente, eu penso que o Estado teve alguma despesa, junto aos seus parceiros, para a realização deste concurso. Portanto, essas despesas não podem ir por água abaixo. Os quadros que foram selecionados, os 25 elementos, como é que ficam? Alguns perderam emprego. Portanto, é uma questão que o Sr. Primeiro-Ministro deve explicar, porque eu preciso de algumas informações, e reflectir muito bem. Se para haver desbloqueamento de verbas, este ou aquele parceiro condiciona que temos que respeitar a reforma fiscal, temos que cumprir, é preciso ver esta questão.

Outra questão, falou-se sobre o empreendedorismo. Eu penso que falar do empreendedorismo sim, mas nós não podemos utilizar a palavra empreendedorismo, temos que passar da teoria à acção. Como foi dito aqui pelo Sr. Vice-Presidente, o Deputado Levy Nazaré, é preciso formar as pessoas. É preciso criar o espírito de empreendedorismo. Falar só é muito fácil. Eu falo porque eu estou também na área. É preciso formar as pessoas, despertar nelas o interesse de empreender. As pessoas têm que criar aquele gosto, aproveitar recursos locais, que temos muito, e ajudar as pessoas a empreenderem. Portanto, é um apelo que deixo, eu penso que se devia incluir no plano curricular, começar desde a escola, preparar os pequeninos, criar e despertar na mente deles a ideia de empreendedorismo.

Outra questão, Sr. Ministro da Saúde, eu tenho uma preocupação. No final da semana, encontramos alguém no chão, teve um problema, e eu pessoalmente fartei-me de ligar para vários postos. Liguei para o Hospital, para os Bombeiros e outros sectores que pudessem talvez aparecer com uma ambulância, para socorrer o senhor que lá estava, num estado crítico, mas não conseguimos ter um bom resultado, não havia ambulância disponível. Tendo em conta que estamos a discutir o Orçamento, eu acho que esta é uma questão com que se tem que preocupar.

Portanto, a minha pergunta é a seguinte, encontrando alguém naquele estado, não havendo ambulância disponível, o que é que cada cidadão deve fazer? Socorrer, chegar ao Hospital e depois ficar lá um tempão, respondendo a um monte de perguntas: como é que foi, o que é que aconteceu, onde é que pegou? Portanto, é uma questão que eu gostaria também de estar esclarecida. Estando esclarecida, conseguirei passar para outras pessoas.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Alda Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras Deputadas e Caros Deputados, gostaria de cumprimentar a todos, da melhor maneira possível.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é uma preocupação, mas essencialmente, vou ser breve, para felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu elenco, pelo Orçamento que nos trazem aqui, que foi elaborado de maneira muito célere, porque as normas de disciplina financeira obrigam a que o Orçamento seja preparado num raio de tempo de, no mínimo 6 meses, e infelizmente à meia-noite do dia 31 de Dezembro estivemos sem o Orçamento para 2019, mas o Governo conseguiu, neste tempo recorde, em menos de 3 meses, apresentar à Casa Parlamentar a proposta do Orçamento. Por esse facto, as nossas felicitações, por parte do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Eu dei uma leitura de olhos nos documentos que nos foram apresentados e que nos trazem aqui, e estão colocados na ordem do dia desta Assembleia, e eu vejo que os documentos estão orientados por duas preocupações centrais: a primeira consiste em perspectivar um crescimento económico de 7%, no mínimo, para desenvolver a economia e criar empregos, por um lado, e, por outro lado, trabalhar no sentido de uma forte coesão social. Eu acho que os dois instrumentos, juntamente com o Programa do Governo, constituem o conjunto de instrumentos para a gestão da política pública do Governo.

É verdade que o Sr. Deputado Abnildo, quando interveio, disse que são os factos que devem ser tidos em consideração. E para nós basearmos nos factos, temos que esperar a execução deste Orçamento…

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

…porque o Orçamento efectivamente é um plano indicativo, é um plano programático, vai ser aplicado e só depois da sua aplicação é que nós poderemos fazer juízos.

Também gostaria de felicitar o Governo, porque eu constatei que, nos documentos que nos são apresentados, há um elemento de alta importância política e social, para exactamente satisfazer às necessidades da coesão social, é o Fundo de Reinserção Social. Aí projecta-se satisfazer às necessidades de aumento do poder de compra de 2500 famílias. Há garantias concretas, parece que o pacote já está concluído e a sua execução já vai entrar em prática, daquilo que pude perceber. Ao concretizar, teremos 2500 famílias, mais necessitadas, com o poder de compra aumentado. O poder de compra aumentado abre espaço para maior quantidade de consumo. Com o consumo aumentado, há possibilidade de maior investimento e esse ciclo fecha-se com a criação de empregos. Portanto, aqui também neste aspecto, para felicitar o Governo.

Temos também várias áreas de preocupação que nos assolam e que deveríamos segurar com as mãos e aproveitar um período de governação de 4 anos, temos a possibilidade de programar as coisas. Eu aí olho um pouco para o raciocínio que o Deputado Levy levantou esta manhã, quanto à necessidade de envolvimento. Ele falou de inclusão, um amplo envolvimento, que ultrapasse, que congregue as forças políticas, e nós temos várias áreas que precisam dessa concertação. Desde já eu refiro-me à despartidarização da Administração. Isso precisa-se efectivamente. Não é porque eu chego agora e vou saldar as minhas contas com os que estavam antes, porque os que estavam antes também saldaram as contas comigo. Temos que sair desse ciclo. Se não, nunca mais nós conseguiremos encontrar um clima de entendimento.

Há outra questão também que nos preocupa grandemente, que precisa de uma área de trabalho conjunto, que é a questão dessas incongruências salariais que pairam na Administração Pública. Há muita incongruência salarial. De uma vez por todas e de acordo com as perspectivas de anúncio político do Sr. Primeiro-Ministro, deve-se disciplinar o salário na Função Pública. Penso, não fiz as contas, mas por aí se poderia encontrar uma perspectiva, pela via da redução das despesas. Podia-se diminuir as despesas e, por essa via, conseguir aumentar as receitas.

Portanto, o que me traz aqui mesmo é para felicitar o Governo também pelo trabalho de ampla inclusão, aliás a perspectiva das GOP é criar a coesão social. E outra área que exige uma coesão social ampla é a Justiça, como lembrou o Deputado Levy Nazaré. Tem-se que congregar as forças políticas, para se saber exactamente como reformar a Justiça que temos neste país e criar uma Justiça que esteja ao serviço de todos. E já que se está a falar de Justiça, é preciso realçar aquela cujo contorno é ainda mais vasto, a justiça social. Nessa área, há muitas assimetrias e temos de recenseá-las e ter a coragem política de pegar cada uma delas e solucioná-las.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Mais uma vez, muito obrigado, Sr. Presidente, boa tarde a todos.

É só para dizer que de facto eu acompanhei com muita atenção o Sr. Ministro das Finanças, que pretendia responder às questões que eu aqui coloquei, mas só que eu queria relembrar ao Sr. Ministro que nós estamos a discutir o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019. Quando fizemos referência à dívida que Suas Excelências aqui referiram, aquando da apresentação do Estado da Nação, estávamos a basear-nos no documento que temos em frente.

O Sr. Ministro me desculpe, mas eu acho que não pode pretender outra coisa, não é? O que nós estamos a discutir aqui é o Orçamento Geral do Estado. Temos cá os números, os mapas, e é na base disso que estamos a falar. Se o Sr. Ministro tem outras informações, quando tornar esses documentos públicos, disponíveis, aí sim, poderemos falar. Estamos a falar deste Orçamento e é na base dele que devemos discutir.

Outro assunto, Sr. Ministro, perguntei como é que o Governo pretende apoiar a classe empresarial. Disse que, tratando-se do sector privado, eu não devo esperar que esteja aqui algo escrito no Orçamento, em números, em rubricas, para apoiar o sector privado, mas não era exactamente isso também que eu estive a dizer. Existem estratégias para lidar com o sector privado, como diziam na apresentação do Estado da Nação, que está descapitalizado e que era preciso apoiar. Por isso é que nós estamos a insistir que haja acções concretas para ajudar.

Eu só espero que, não estando clara a estratégia aqui no documento, a gente não caia na questão do famoso STP-*Trading* que, como sabem, São Tomé e Príncipe tem dívidas que a partir do próximo mês teremos que começar a pagar. Penso eu, temos que começar a pagar as dívidas a curto prazo. Logo, é preciso falar disso. Gostaria também que nos ajudasse a perceber que estratégia vai usar para começar a amortizá-las, a partir do próximo mês…

Uma voz: — Está inscrito!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — …está inscrito, mas é preciso dizer-nos como é que vai conseguir amortizar essas dívidas.

Questão dos 30 milhões, acho que o Sr. Ministro das Finanças já explicou esta questão, se eu estiver errado tem aqui o palco para me corrigir, mas eu acho que, teimosamente, as pessoas vão falando da questão dos 30 milhões. Quer dizer, o Sr. Ministro das Finanças tem informações sobre isso, se calhar, é bom voltar a refrescar a memória das pessoas, porque o Sr. Ministro das Finanças, eu acompanhei a sua intervenção na comunicação social, em que explicou a questão dos 30 milhões, que apenas entraram 10 milhões. Quer dizer, falou desta questão. Eu não sei se há necessidade de voltar a explicar isso, porque quer o actual Ministro das Finanças, quer o anterior já haviam feito referência a esta questão. Mas se estamos a insistir, não obstante o facto de estarmos a discutir o Orçamento, o orçamento é isto mesmo. Não é? É uma questão de números e não só.

Notaram que todos os colegas do ADI estão a referir-se à questão do despedimento das pessoas na Função Pública. É preciso termos muito cuidado com isso, porque uma coisa é termos alguém que era membro do Conselho de Administração, por exemplo, que não tinha vínculo com nenhum outro sector, caiu de pára-quedas e foi ao sector. Ele pode ser afastado, pode-se pô-lo na rua. Tudo bem! Nota, eu dizia que um indivíduo, um funcionário caiu de pára-quedas para um sector, não tem vínculo, não se preparou antes, sabendo ele que um dia podia sair, não se preparou, ele sai, ok! Mas quando uma pessoa é convidada para exercer a função de director de uma escola, ela sai como professor para a direcção. Ele não caiu de para-quedas. Logo, Sra. Ministra, por favor, a senhora não pode dar orientações aos seus directores, para tirar um director da escola e pôr em casa.

Murmúrios.

Se a Sra. Ministra não tem essas informações, está mal, não está bem no Ministério. Por favor! Se não sabe, chame os seus directores, faça um conselho de direcção com eles e diga o que é que se passa. Porque é essa informação que nos tem chegado. Notem bem que nós somos Deputados, representantes do povo, e precisamos trazer preocupações do povo, para nos explicarem. Se há uma questão pessoal, com um outro funcionário, é preciso que a Ministra e os seus directores expliquem isso, para a gente saber. Venham para a praça pública dizer que o director da escola B ou C, porque cometeu um acto de corrupção, tem um processo. Agora, tirar as pessoas e colocá-las em casa! Está aqui o Ministro da Saúde, que é médico, pode provocar problemas de saúde nas pessoas.

Voz MLSTP/PSD: — Só hoje?

Murmúrios.

Uma voz: — Só agora?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Notem bem, eu não estou a dizer nem agora, nem ontem. Estou a falar é das pessoas que têm vínculo! Não estou a falar de pessoas que caíram de pára-quedas. Vocês estão a reclamar de pessoas que caíram de pára-quedas para o sector, não tem vínculo, não tem nada. Isso é outra coisa. Por isso, estou a dizer, trata-se de pessoas que são professores, precisam de ser reintegradas, precisam de ter horários, para darem aulas…

Uma voz: — É mentira.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Ok, depois vamos para debate sobre isso, porque eu estou a falar com conhecimento de causa, sei do que eu estou a falar. Não quero entrar em pormenor com a Sra. Ministra, nem vale a pena, não conhece o seu sector, não sou culpado.

Outra questão que eu também gostaria de dizer, tem a ver com o documento que temos aqui.

Sr. Primeiro-Ministro, não é em vão que nas nossas intervenções dizemos que prezamos Sua Excelência, porque de facto é alguém que ouve com atenção e procura, na medida do possível, dar respostas às questões. Acho que isso é óptimo, é elegante.

Na página 13 das GOP, fala-se da reforma do Sector da Justiça. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro ou a Ministra desta área nos tentasse explicar como é que pretende continuar com a reforma da Justiça. Mas chamo atenção já de que, aquando do balanço dos 100 dias, cometeu uma gafe, uma grande asneira que, do meu ponto de vista, é preciso retratar, porque quando vi isso no Orçamento liguei à questão. O Sr. Primeiro-Ministro disse que estava a pressionar o Procurador-Geral da República, para que os processos sejam tratados com maior celeridade.

Pedir-lhe-ia que retirasse isso, porque à Justiça o que é da Justiça e à política o que é da política.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Só hoje?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Porque o Sr. Primeiro-Ministro é uma pessoa que tem atenção naquilo que diz, penso, não lhe ficaria mal retirar isto, porque há mecanismos para que o Governo possa ajudar na reforma do Sector da Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sinto-me ultrapassado, mas a minha mente ainda funciona.

Sr. Primeiro-Ministro, somos quase 200 000 habitantes. Pergunto aos políticos e ao povo de São Tomé e Príncipe, o que queremos? Gostaria que alguém me desse a resposta.

Uma voz: — Dá terra para trabalhar.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — O senhor acertou. Todo anseio do povo está nas GOP, é preciso implementar. Deixem o Governo implementar. Cada governo tem a sua felicidade, ninguém leva isso com milagre, tem que ser com o trabalho. Não se pode pressionar o Governo desta forma, um governo de 100 dias. O povo deixou o XVI Governo trabalhar 3 anos, sem ser incomodado. Portanto, deixem o Governo trabalhar!

Tenho toda confiança neste Governo, que vamos alavancar este país.

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

A alternativa e a vontade de trabalhar que este Governo tem, sei que vamos alcançar qualquer objectivo.

Deixem o Governo trabalhar 4 anos, o povo fará as contas e tirará a prova dos noves.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

Tenho duas costelas, uma costela de acção governativa da primeira República, em que aumentamos a produção e a produtividade de 65% para 70%. Quanto é que estamos a contribuir para este Orçamento, povo de São Tomé e Príncipe? Nada. Estamos a depender em 97% da ajuda externa. É feio, meus senhores! Somos um povo condenado, todos ficamos mal.

Deixem o Governo trabalhar, por amor de Deus! Há pessoas que não querem o desenvolvimento deste país, são pessoas de má-fé, estão contra o povo. Há indivíduos que não fazem nada, só estão à espera do salário do povo.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

Deem às pessoas emprego, vamos ajudar a desenvolver o País. Por favor, deixem o XVII Governo trabalhar. 80% do povo é cristão e está a contar com este Governo.

Sras. e Srs. Deputados, o povo de São Tomé e Príncipe, hoje, depois deste Orçamento ser aprovado é que este Governo vai iniciar um dia de trabalho.

É um Governo que está a respeitar a continuidade.

Disseram que o Sr. Primeiro-Ministro não faria o pagamento dos 6 meses de salário, mas ele tem competência e está a trabalhar. É homem de Deus, não tem má-fé, nunca roubou, nunca cometeu corrupção, não tem ambição de política pelo poder.

Deixem o Governo trabalhar.!

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, ao abrigo do artigo 103.º, gostaria de interpelar à Mesa.

Gostaria que o Sr. Presidente não deixasse acumular muitas questões. Fomos ao intervalo, ficou questões por responder e é preciso voltar a intervir, mas não consigo, porque há um acumular de questões e é preciso que o Governo responda, para depois os outros Srs. Deputados poderem falar.

O Sr. **Presidente**: — Não quis interrompê-lo, mas o artigo 103.º não tem nada a ver com aquilo que o senhor acabou de referir. Por outro lado, não estamos num debate de perguntas e respostas. Estamos num debate, na generalidade, do OGE e das GOP. Quando o Governo entender intervir, pede a palavra e a Mesa assim o fará.

Tem palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI). — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Gostaria de saudar o Sr. Deputado Felisberto Afonso e dizer-lhe que não é só o Governo que tem que trabalhar, nós também temos que trabalhar.

A minha intervenção é mais no aspecto sugestivo daquilo que constatei nos documentos. Em alguns Ministérios, as GOP são a cópia fiel do Programa do Governo, que é para 4 anos. É nas GOP que constam a acção do Governo para 1 ano, portanto, as GOP são anuais e não para 4 anos. Por isso, tenho dificuldades de entender que muitas acções elencadas nas GOP não tenham correspondência no OGE. Isto é normal, porque há acções que seriam impossíveis de serem realizadas ao mesmo tempo.

É esta sugestão que eu queria dar ao Governo, não obstante nas GOP haver acções que intitularam de desafios e acções de medidas de políticas para o presente ano. Entretanto, há outras questões que constatamos nos documentos, talvez por ser membro de uma das comissões, prestei muita atenção na análise desses documentos e constatei também que há acções programadas que fazem parte de um determinado Ministério, mas por erro estão integradas em acções de dois Ministérios ao mesmo tempo. São questões que, na especialidade, vamos discutir e identificar esses problemas.

Na minha intervenção, eu queria fazer uma pergunta à Sra. Ministra da Justiça e ao Sr. Ministro da Saúde.

O Ministério das Finanças propõe uma baixa de taxas, principalmente sobre bebidas alcoólicas. Gostaria de fazer uma pergunta, não de índole política, mas de preocupação. Como é que o Sr. Ministro da Saúde vai lidar com esse problema de baixa de taxa sobre as bebidas alcoólicas?

A Sra. Ministra da Justiça intitulou o mês de Março como o mês da Justiça e de reflexão sobre a legislação da Justiça. É uma pessoa que trabalhou muitos anos no Gabinete da Droga, gostaria de saber como pensa lidar com esta baixa de taxa sobre as bebidas alcoólicas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, augusta Assembleia, vou responder partes das perguntas e pedirei depois aos Srs. Ministros para completarem.

Quero agradecer às participações aqui havidas e houve momentos de muita elevação. Gostaria de fazer alusão a intervenção de todos, naturalmente, mas com particular ênfase para a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré e, por último, do Sr. Deputado Felisberto Afonso, e talvez aproveitando para fazer o *link* com a problemática da despartidarização da função pública.

De facto, há necessidade de continuarmos a trabalhar neste processo e, acreditem-me, acredito piamente que todos somos poucos, precisamos de continuar a incluir as competências todas de São Tomé e Príncipe. Naturalmente, que estamos no início de um processo, estamos a sair de praticamente de 8 a 80, estamos a sair de um extremo para outro e, neste momento, as emoções ainda estão muito à flor da pele.

Acreditem, estamos num processo e vou controlando a pouco e pouco. Tomei muita nota, relativamente às questões de despedimentos, vou continuar a seguir e encontrar formas de mitigação.

Queria pedir às Sras. Ministras e aos Srs. Ministros, para que me ajudem, porque o nosso país precisa de facto de coesão, pacificação política. Falamos muito de paz e de facto somos uma escola de paz, mas precisamos de muito aprender em termos de paz social, e essa miséria que grassa todo o País não nos ajuda.

Relativamente à Justiça, eu sou democrata convicto, sei que temos que separar os órgãos de soberania. Nós estamos no executivo, há o judiciário, há o legislativo. Todavia, esses órgãos são interdependentes. É um tripé. Se um não estiver a funcionar, de facto tudo que os outros poderem fazer, não chegaremos ao porto de chegada.

Talvez por lapso e excesso de linguagem, de facto falei na pressão, mas era relativa à Ministra da Justiça, que tem um relacionamento mais próximo, digamos assim, com o Sr. Procurador-Geral da República.

Falou-se aqui dos donativos e empréstimos. De facto, estou a ver o Deputado Cassandra, que levantou esta questão, não consigo prometer em absoluto que vou conseguir obter todos os donativos. Nós vamos à busca. Daí que o quarto eixo do Programa do Governo é precisamente uma diplomacia actuante ao serviço da economia. É o que fiz em relação à Angola, é o que farei na próxima semana em relação à China e muito brevemente em relação à Guiné Equatorial. Nós vamos à busca dos parceiros, nós vamos pedir aos parceiros.

Como vê, a pirâmide está de facto invertida. Nós estamos a depender acima de 90% de donativos, e é um ditame do FMI, portanto, dos organismos do *Bretton Woods,* que nos dizem que o vosso endividamento já é bastante excessivo, precisam de créditos concessionais ou então temos que ir à busca dos donativos.

Por isso mesmo é que, no OGE, estamos a 76%, em termos de donativos bilaterais, e 24%, em termos de donativos multilaterais. Mas eu não gostaria de estar aqui a falar dos donativos, porque o que nós precisamos é de facto de lutar pela nossa independência económica. Esses donativos são fruto da miséria, durante esses 43 anos, estamos a caminho de 44 anos, e ainda estamos a falar de donativos. Nós temos que contar com as nossas próprias forças. Temos que assumir o nosso destino, enquanto país independente, porque as cooperações só podem ser entendidas como um complemento do nosso esforço nacional.

Nós devíamos estar aqui a falar, em termos de financiamento, acima de 60% assumido por nós, e o resto seria complemento e teria que ser muito menos. Portanto, é um momento de reflexão, também, sobre esta problemática dos donativos.

Mesmo os empréstimos, nós temos que ir à busca. Nem toda gente nos dá empréstimos concessionais. E em tudo isto há as condicionalidades. Aí eu toco naquilo que a Deputada Alda Ramos nos diz relativamente ao IVA. Portanto, é um dos compromissos herdados da anterior governação, um compromisso assumido perante o FMI, que temos que cumprir, vamos cumprir. Naturalmente, tão cedo quanto possível, traremos o projecto da iniciativa legislativa, para que possa ser discutido e votado, porque é um compromisso do Estado são-tomense. Caso não o cumpramos, haverá consequências, relativamente a outros parceiros também, como a União Europeia, entre outros.

Eu vou pedir ao Ministro do Plano e Finanças para completar, mas eu quero dizer-vos também que eu acredito piamente que a nossa salvação virá, salvação em termos económicos, do sector privado, do empreendedorismo, e tudo que podermos fazer nesse sentido.

Durante os 100 dias de governação, estive no exterior durante 8 dias, 5 em Adis-Abeba, na Etiópia, e 8 em Angola.

Na próxima semana, portanto, estarei uma semana fora, na China.

Durante este tempo, não fiz outra coisa se não receber os parceiros. Mandei inventariar, são 43 investidores que eu recebi, incluindo as companhias petrolíferas.

Muito obrigado.

Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, eu começo primeiro pelo IVA. Como o Sr. Primeiro-Ministro acabou de dizer, a situação do IVA tem que ser implementada. Nós, o actual Governo, não recebemos nenhuma informação sobre o IVA, não houve passagem de pasta, como deve ser, como sabem, e então nós não tínhamos nenhum documento do IVA. Tomamos conhecimento de que mandaram a proposta de lei do IVA para a Assembleia, mas depois voltou para trás, nós não sabíamos o porquê.

Ouve-se falar muito da implementação do IVA, inclusive fez-se o concurso público, sem a lei do IVA estar aprovada. Não sei como é que foi. Então, a primeira coisa que tínhamos que fazer era inteirar-nos do processo, porque o processo do IVA é importante, não temos como dizer o contrário.

Mas há duas coisas que nós estamos a trabalhar. Primeiro graças ao Consultor do Banco Mundial, que nos enviou todo o processo, vamos trabalhar no processo em dois aspectos: ver a lei, se é a mesma que mais se adequa a São Tomé e Príncipe, acima de tudo a taxa, porque a taxa que estava proposta era de 15%. Nós estamos a trabalhar com o Banco Mundial e o FMI, para analisarmos a taxa.

E depois há outros passos subsequentes, infra-estruturas, e-factura, um conjunto de procedimentos, mas a taxa tem que ser analisada minuciosamente, porque essa taxa vai substituir a taxa do imposto sobre o consumo. Um exemplo concreto, na discussão com o Banco Mundial e o FMI, em África, somos o terceiro País a pagar a energia mais cara, mas o imposto de consumo na nossa factura está a 5%.

Se nós substituirmos por 15%...

Uma voz: — *Nga môle.*

…parece que vamos ser o maior do mundo até. Energia é um bem precioso. Por isso, nós estamos a analisar tudo isto, porque também foi estranho o Governo cessante, desde 2016, falar do IVA, dizendo que seria implementado em 1 de Janeiro de 2019, as eleições foram em Outubro, mesmo assim ainda não estava aprovada a lei do IVA, ainda não estava elaborado o processo de e-factura. Como é que ia ser implementado em 1 de Janeiro de 2019? Não seria possível.

O Governo não fez isso na altura, nós também temos que analisar o porquê. Pode ser que havia um inconveniente qualquer. Por isso, temos que analisar profundamente a coisa. Eu penso que os Deputados têm que nos ajudar neste sentido. Falou-se tanto e, não se implementou, é porque havia algum problema. Se havia algum problema, não vamos correr o risco de implementar agora, sem corrigir possivelmente esse problema.

Quanto aos 25 funcionários, nós do gabinete jurídico, informalmente, estamos em contacto com o Tribunal de Contas, a Administração Pública, para ver a possibilidade de congelar essa candidatura porque, a verdade seja dita, não há IVA, onde é que vão estar? A Direcção dos Impostos não tem cadeira para ninguém sentar, tem pessoal a mais, então nós teremos esse problema, porque havia problemas. O concurso não especificava directamente aqueles que deveriam ser colocados para trabalharem com o IVA, mas o processo que a DAF organizou para o concurso dizia que eles iam ser preparados para trabalhar com o IVA. Então, nós estamos a lutar, porque o prazo termina este ano, para congelar o processo, porque não queremos prejudicar ninguém, isso é ponto assente. Isso é relativamente ao IVA.

Quanto aos 30 milhões que o Sr. Deputado disse, eu disse que eram 10 milhões. O problema que eu coloquei foi quando o Deputado Abnildo disse que todos os contratos foram autorizados pela Assembleia. Como estávamos a organizar o processo no Ministério e, como disse, a dívida do Estado tem que ter fundamentos, então, como só havia dois papéis e a transferência e como o contrato dos 30 milhões só tinha uma folha, não tinha quem assinou do outro lado, então, estávamos a perguntar às Instituições competentes, se também tinham informações adicionais, para anexarmos ao processo que vai ficar no Tesouro. A Assembleia, por acaso, respondeu-nos que não. Não os 10 milhões que entrarão estão lá, nós conseguimos.

Como é que nós sabemos que entraram 10 milhões? Porque nós pedimos ao Banco Central, e o Banco Central nos deu os comprovativos de 10 milhões, colocamos no processo. O Sr. Deputado está a perceber? Foi mais ou menos por causa disto. Os 20 milhões, pelo menos, contabilisticamente não entraram.

Quanto à questão de 5% de impostos, que colocou o Sr. Deputado, do consumo local, impostos ao nível local, os produtos locais, as taxas eram variadas, muito altas. Hoje o imposto sobre o consumo de tudo é 5%, inclusive até as receitas aumentaram, nesse aspecto. Só a cerveja é que são 25%. Todo o resto do imposto sobre consumo, 5%.

O caso de importação, como era muito alto, o objectivo era para aumentar as receitas, e pelo estudo que nós fizemos a receita caiu, nós estamos a voltar à estaca inicial, porque antes a receita até era maior. Porque o nosso objectivo com as taxas não é só baixar por baixar. Aquelas que nós soubermos que a população está a pagar 5%, a intenção não é só baixarmos. Aquelas que sabemos que a população tem dificuldades de pagar, se corrermos o risco de aumentar, a receita cairá. E já tivemos experiências com bebidas alcálicas, foi mais ou menos por causa disto.

Relativamente à dúvida que tinha colocado, eu acho que o Deputado que me antecedeu já falou. Nós estamos há 3 meses, estamos a fazer todo esse levantamento, logo que, por escrito, concluirmos esse processo, em que está a Direcção do Tesouro, todas DAFS dos Ministérios, também todos os sectores autónomos, para enviarem informações, as empresas também estão a ser chamadas nesse processo, o valor total que apurarmos, o mais rapidamente possível, enviaremos uma nota oficial também à Assembleia, para saber o valor da dívida real que o País tem durante esses anos todos, porque nós só chegámos no dia 3 de Dezembro de 2018.

Uma das recomendações do FMI é esta questão do IVA, que nós temos que implementar, e a outra que a senhora do FMI colocou com muita insistência é o congelamento total de salários e subsídios. O FMI recomenda que sejam congelados todos os salários e subsídios do País, porque o País não está em condições de, por si só, pagar os salários. E mesmo incluindo o processo de dívida, que nós estamos a apurar, que não consta neste processo, por isso é um processo que precisamos de trabalhar com muita calma. Também há dívidas que nós contraímos com os bancos, para pagar os salários nos meses de Setembro, Outubro e Novembro, porque o Tesouro não tinha liquidez, e funcionários não esperam. Também era uma dívida do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças.

Passemos à ronda seguinte e passo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É só por causa das questões que eu levantei. Portanto, eu fiz duas perguntas directas ao Ministro da Saúde e à Ministra da Justiça, não tive respostas.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: **—** Como já ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro do Plano e Finanças, quer que seja já, agora?

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ivete Correia): — Sua Excelência o Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Relativamente à questão que me foi posta, tenho a dizer que, quanto à questão do uso excessivo de bebidas alcoólicas, não é novidade para ninguém que vários estudos já foram realizados por sucessivos governos, e a questão é a seguinte: quando o Sr. Deputado levanta a questão sobre a diminuição da taxa da importação de bebidas alcoólicas, a questão está na qualidade de bebidas alcoólicas que as pessoas consomem; a qualidade e quantidade. Porque se nós diminuirmos a taxa e houver maior qualidade de bebida em relação àquilo que a população consome… o que é que estamos a ver? A produção interna, o caso de cacharamba, aguardente, vinho da palma, ainda não houve um estudo para nós vermos a composição, mas sabemos que essas bebidas alcoólicas têm sido responsáveis por várias doenças não transmissíveis no País. Logo, é preciso nós virarmos para a casa e fiscalizarmos essas fábricas clandestinas. O vinho da palma que é vendido nos arredores, qual é a composição? Essa mistura toda que se faz? A qualidade? Logo, é necessário intensificarmos um programa de educação e sensibilização e também fazer um trabalho com os produtores locais e também fiscalizar e transformar esta actividade numa outra actividade.

A questão do uso excessivo do álcool é um flagelo nacional. Todos nós temos a consciência de como a situação está. Também devolvo a preocupação do Governo aos Srs. Deputados, que também ajudem o Governo na prevenção e no combate a esta pandemia. É uma questão que não é fácil, porque o uso de bebida alcoólica é uma questão social, aceite, é cultural. Todos nós sabemos, mas é preciso fazer um trabalho de fundo. Vamos continuar com as campanhas de informação e sensibilização, com a fixação das placas de interdição nos quiosques, nas lojas, nos bares, nos restaurantes.

E também eu atribuo grande responsabilidade aos pais e encarregados de educação. Devem educar os seus filhos, e os adultos devem ter um comportamento exemplar, porque não é novidade para ninguém, as pessoas sabem como que as pessoas actuam relativamente ao uso excessivo de bebidas alcoólicas diante das crianças. Pode-se beber um copo de vinho, do bom vinho, na refeição, que consumir, por ventura, má qualidade…

Murmúrios e risos.

…logo, eu sugeria aqui que os Srs. Deputados também seriam responsáveis nesta tarefa de educação, informação e sensibilização da população.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Ministra da Justiça.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Vou ser muito rápido, como sempre, para esclarecer uma ou duas questões e, se calhar, aproveitar o palco para tocar, de forma geral, em alguns aspectos ligados à saúde que, eventualmente, até nem tenham sido cá colocados, sempre respeitando o facto de estarmos na discussão do Orçamento.

Quanto aos pedidos de esclarecimento que a Sra. Deputada Alda Ramos e o Sr. Deputado Arlindo Ramos, os dois Ramos, colocaram, devo dizer que há falhas no nosso sistema, por carências de vária ordem, sobretudo de recursos materiais, neste caso viaturas e ambulâncias que levaram provavelmente a este défice no atendimento, com a rapidez que devia acontecer, e que neste caso, depois a Sra. Deputada confirmou que acabou por não acontecer. A nível da nossa intervenção, no Serviço Nacional de Saúde, no quadro do programa de luta contra as doenças não transmissíveis, temos um subprograma que é de assistência pré-hospitalar, que está a ser implementado. Já existem ambulâncias, pessoal formado, gente capacitada, que muito brevemente entrarão em funções, em coordenação com a equipa de Bombeiros, que também foi formada, os sistemas de comunicação, faltam esses aspectos a serem tratados, para que a nossa assistência pré-hospitalar, sobretudo por acidentes de viação, se torne uma realidade. Assim, daremos resposta rápida a estas situações.

É natural, é preferível ter alguém com vida, maltratado, do que ter um cadáver pintado de ouro. Portanto, em último recurso, a Sra. Deputada colocou, acho que não havendo outra possibilidade, queremos salvar a vida, queremos dar vida à pessoa. Portanto, é como se diz «em tempo de guerra, não se limpam armas». Vamos fazer e cada um depois assumirá as suas responsabilidades, perante as perguntas que lhes serão feitas, como é natural, mas pelo menos fez alguma coisa. Eu pessoalmente já tive duas situações, em que acabei por actuar também, não esperando que viesse a ambulância, porque eu tinha o indivíduo traumatizado, a fazer uma hemorragia, e felizmente salvou-se.

Quanto a outro aspecto, a minha colega da Justiça respondeu. Eu devo dizer também que se tocou e é uma questão geral, a questão da despartidarização da Função Pública, eu acho que é preciso vermos o panorama geral, para podermos fazer balanços mais acertados. Não é bem assim, falo sobretudo do meu Ministério, onde lido e trabalho com directores que não têm nada a ver com os partidos que estão no poder,

pelo contrário, até são dos partidos da oposição. E há vários exemplos de pessoas que trabalham directamente comigo, com altas responsabilidades. Não os demiti, porque são competentes.

Sobre o panorama geral, é verdade que há um esforço, os 16,24 % colocados no Programa de Investimentos para a Saúde é bom, não é suficiente, não é o ideal, mas é o possível e, neste sentido, nós continuaremos a fazer o nosso combate cerrado às grandes endemias todas, particularmente à malária, que é um desafio de todos nós. A Saúde aparece à frente, mas é de responsabilidade total das Câmaras, dos partidos políticos, das confissões religiosas e da comunicação social.

Portanto, acredito, meus amigos Ramos, que tenha respondido às vossas perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro da Saúde…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu ia pedir a sua indulgência, para passar a palavra à Sra. Ministra da Educação, em jeito de direito de resposta. Parece que foi, não sei…

O Sr. **Presidente**: — Tudo depende de si, Sr. Primeiro-Ministro. Se o senhor pede a palavra, a Mesa concede-lhe.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — …ela foi atacada pelo Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior** (Julieta Izidro): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, como eu fui aqui evocada por dois Deputados, então, faço questão de vir aqui dizer algumas palavras, porque isso também me tocou. Enquanto pessoa, estamos a trabalhar no âmbito deste Governo, para as pessoas e com as pessoas.

Durante o tempo da minha profissionalização, enquanto militante, porque eu sou militante da Educação, eu sempre valorizo a profissão docente e os professores. No âmbito das funções que vinha exercendo, no Ministério da Educação, assumi funções de Inspectora e, no âmbito da Lei da Função Pública, nenhum técnico é despedido, nenhum funcionário é despedido, enquanto técnico. Nenhum, se por ventura não tiver um processo disciplinar.

Agora, vejamos: as funções de directores e sub-directores são funções de comissão de serviço. Daí que poderão ser muito bem mobilizados, mas ao ponto de serem substituídos. Por conveniência de serviço, eles regressarão ao seu ponto de origem. E ao nível do Ministério da Educação, que eu saiba, nada disso aconteceu.

Nós aprendemos sempre, mas no âmbito da aprendizagem ao longo da vida ninguém vem ensinar-me o abc, sobretudo no Ministério da Educação, onde eu tenho o mínimo de conhecimento, para ter despacho com os meus directores e realizar as reuniões consultivas e dos directores.

Daí, o que poderá ter acontecido, talvez, é que os directores, as pessoas que foram substituídas, não sei se foi esse o caso, porque aqui não se entrou em detalhes, podem ter recebido a guia de marcha e recusaram-se em ir aos seus postos de serviço. E há casos que estão a acontecer. Para esses casos terão que ser levantados processos disciplinares. Caso contrário, nenhum técnico está em casa, e não deve estar. É uma questão de humanização. Eu desconheço, por isso disse que não é verdade.

Seria melhor, talvez, que entrassem em pormenor, porque eu conheço um caso em que a pessoa recebeu a guia e não quer ir ao seu lugar de origem.

Obrigada.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra da Educação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Iném sunguê ku iném sanguê, abença ô!

Sr. Primeiro-Ministro, apraz-me bastante ouvi-lo dizer sempre «ajudem-me, ajudem-nos!» Há pouco tempo, ouvia-se: «deixem-nos!» E o senhor pede sempre: «ajudem-nos, ajude-me!» Muito bom princípio e que continue neste caminho.

O que nos traz cá, Sras. e Srs. Deputados, é o debate para a aprovação das GOP e do OGE.

Ainda neste capítulo, o Sr. Primeiro-Ministro acabou de nos brindar, disse 100 dias, eu vou dizer, nos últimos 110 dias, mais coisas menos coisas, do seu reinado, viajou 8 dias, esteve fora do País 8 dias. Num tempo recente, era completamente o contrário, era diametralmente o oposto. Portanto, há que se reconhecer que o Sr. Primeiro-Ministro elegeu a diplomacia económica como eixo fundamental para resolvermos os problemas de São Tomé e Príncipe.

Sr. Ministro das Finanças, até meados do ano passado, as missões do *Bretton Woods* diziam sempre que está tudo muito bem. Mas o que aconteceu, Sr. Ministro das Finanças, para que agora as missões do

Bretton Woods nos dizem que está tudo muito mal? Afinal, Sr. Ministro das Finanças, o que é que mudou? Não percebo isto! Creio que até Junho, se não estou enganado…

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Entre 30 a 40 dias.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — …sei que está cá a missão do FMI. Creio que em Junho do ano passado, ainda esteve em São Tomé, se não estou errando nas datas, a última missão do *Bretton Woods*, antes das eleições, nesta altura, ainda disseram, da varanda do Ministério do Plano e Finanças, quando deram entrevista, que estava tudo muito bem. O que é que mudou, em 90, 100 dias, para que hoje, esteja tudo muito mal! Tudo gravíssimo, tudo enfim!

Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, num dos articulados da proposta de lei para o Orçamento Geral do Estado, nos brinda com a participação do Estado nos lucros das empresas públicas e comparticipadas. Lamento dizer ao Sr. Ministro-Ministro e ao seu elenco que eu estou triste, porque eu não vi, no OGE e nas GOP, nada que fizesse referência à reestruturação das empresas públicas. Não vi nada e isto me deixa profundamente consternado. Por quê? O Estado, até hoje, tem-se passado por financiador permanente dessas empresas. Vamos a um caso particular. O Estado financia, por diversas formas, a EMAE, é o accionista número um, o único, e no final do mês tem que pagar as facturas à EMAE. Afinal de contas, o que andamos a fazer? O mais grave ainda, as condições nas empresas públicas, o Sr. Deputado Vice-Presidente, Guilherme Octaviano, falou disto, e mau grado pensarem que será olhos nas condições dos outros, não, é olhar para o País, não têm nada a ver com o salário que se pratica nesta República. No final do ano, essas empresas têm sempre resultado negativo e no ano seguinte batem portas ao Estado, porque não conseguem fazer A, B e C, e lá está o Estado a avalisar, a mobilizar recursos. Estou triste, porque era preciso estar aqui já a reforma das empresas públicas. Porque se elas não servem, encontremos uma solução. Não podem continuar *ad eternum* a dar prejuízos, no entanto, praticam custos elevadíssimos. Não pode ser, não pode continuar! Se nós quisermos melhorar o País, temos que cortar em tudo. Essas empresas têm que passar a produzir resultados positivos. Se não produzem resultados positivos, por que é que existem?

Na primeira República, nos primórdios, eram direcções, passaram para empresas públicas, exactamente com o intuito de elas se tornarem rentáveis. Entretanto, continuam todos os dias, até hoje, com mais um problema, com mais outro problema, mas não pode continuar, Sr. Primeiro-Ministro. Espero que muito rapidamente nos posicionemos quanto a isto.

Sr. Ministro das Finanças, o documento nos fala de trezentos e qualquer coisa milhões de dólares de dívida pública, passível de aumento. Está em voga, no nosso mundo lusófono, as famosas dívidas ocultas. Está na moda, infelizmente, pelas piores razões.

Será que o Sr. Ministro das Finanças quer dizer-nos que temos muitas dívidas ocultas?

Será que o Sr. Ministro das Finanças quer dizer-nos que, além de serem ocultas, também foram dívidas contratualizadas fora do SAFE?

O que fazer, Sr. Ministro das Finanças, com as dívidas não registadas? Porque ao falar da dívida pública de 308 milhões de dólares, estará naturalmente falando das dívidas registadas. Por onde começar? Temos dívidas não registadas. O que fazer? Eu costumo dizer que precisamos de utilizar a pedagogia de ensino e de aconselhamento. Todos nós estamos sujeitos a errar. Muitas pessoas, muitos dirigentes erram por desconhecimento, porque infelizmente não estão dotados de alguns conhecimentos necessários para o exercício de funções, mas precisamos de começar por algum ponto. Não podemos continuar *sine die* com isto.

Falando da dívida, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, nós temos um lote incomensurável de dívidas, ocultas ou não, que infelizmente, algumas vêm de trás. Tivemos a felicidade de, muito recentemente, na Bancada do MLSTP/PSD, receber uma entidade deste país, com quem têm nas contas dívidas de 2003, 16 anos. Confesso-lhe, Sr. Ministro, se se tratasse de uma individualidade qualquer, já sabe o que aconteceria, porque existem dívidas também com empresas privadas, desde 2003.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Quem estava no poder naquela altura?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, não estou a dizer que é A, B ou C o culpado. Estou a dizer que o Estado precisa de ter tudo isso registado e é preciso assumirmos as responsabilidades.

Tenho a certeza, Sr. Ministro das Finanças, essas dívidas não estão registadas e congratulo-me com a circular do Governo, que deve ter saído há 2, 3 ou 4 dias, que está a pedir a todas as entidades públicas e para públicas, se assim podemos dizer, para informar ao Ministério das Finanças das dívidas todas que existem.

Deixe-me ainda, Sr. Primeiro-Ministro, felicitar-lhe pela iniciativa da Direcção do Tesouro e do núcleo de coordenação da dívida pública, que está a chamar entidade por entidade, para pedir as dívidas e fazer a confrontação com as DAF e, em muito boa hora, está a pedir igualmente os contractos, tudo, para que fique tudo claro. Aliás, tem que ser assim. Suspeição tem que parar, temos que trabalhar sobre aquilo que é real. Isso de estamos todos os dias a dizer «parece que, talvez» não, não, não. Existe um conjunto de documentos, de factos e sobre eles é que trabalhamos.

Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros, a República, desde que cresci, gina *n' bili wuê*, temos as representações diplomáticas pelo mundo, mas é inadmissível que até hoje estejamos a pagar renda de edifícios das nossas missões diplomáticas. Isto não tem sentido nenhum, Sr. Primeiro-Ministro, precisamos de mudar este paradigma. O Sr. Primeiro-Ministro já imaginou só estarmos todos os dias a ouvir por aí que a representação diplomática A está com portas fechadas, B tem ameaça de despejo, porque não pagou a renda não sei há quanto tempo! Não, Sr. Primeiro-Ministro! Tenhamos a coragem de irmos aos bancos comerciais e/ou de investimento, comprarmos edifícios para as representações diplomáticas. Em vez de pagarmos rendas de edifícios, pagamos rendas bancárias e teremos patrimónios. Amanhã, se não precisarmos, vendemos. Qual é o problema? Voltará a entrar dinheiro no cofre do Estado. Agora, estarmos 40 anos a pagar renda na nossa representação diplomática nos Estados Unidos, já fizemos constas do que é isto?

O mais grave ainda, temos funcionários das missões diplomáticas que ficam todos os dias, quando se levantam, a pedir ao Senhor do Alto para que o senhorio não lhe apareça em casa, para lhe escorraçar, para não lhe fechar as portas, porque está com as rendas penduradas.

Sr. Primeiro-Ministro, compremos edifícios que dêem para albergar os serviços diplomáticos, o pessoal e já não teremos esse problema. Teremos responsabilidades, sim, de estar a pôr verbas para pagar água, energia, telefone, inadiáveis, e resolveremos internamente os problemas das rendas bancárias.

Sr. Primeiro-Ministro, registe isso, porque é muito importante darmos esse passo.

Passamos todos os dias a dizer que faltam recursos e meios no nosso Orçamento. Temos onde cortar, Sr. Primeiro-Ministro, e é simples. Peça ao Sr. Ministro das Finanças para pedir aos seus serviços, a Assembleia é um exemplo, estou no Conselho de Administração e posso falar com propriedade o que se gasta com a manutenção das viaturas do Estado. É uma desgraça.

Há dias tive informações de um alto quadro deste país, que dizia que conhecia um funcionário, um Sr. Director, que todos os meses tinha uma factura de despesa de manutenção de viatura de 10 000 dobras, na altura 10 milhões. Não pode ser, Sr. Primeiro-Ministro!

Defendo, irão dizer o que quiserem, é meu ponto de vista, que evoluamos. Pensemos, abramos debate público, mas isso de todos termos viaturas do Estado, precisamos de repensar bem. Sr. Primeiro-Ministro, se evoluíssemos para que as viaturas do Estado fossem exclusivamente para os titulares de órgãos de soberania…

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI). — Credo, credo é.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — … é, é difícil. Só os titulares dos órgãos de soberania teriam viaturas do Estado e criaríamos subsídios de transporte melhorados para todo o outro pessoal…

Murmúrios.

…porque isso não pode ser. Espero que quando o Sr. Primeiro-Ministro voltar cá, nas próximas ocasiões, ou se o Sr. Ministro das Finanças ainda tiver tempo, durante este debate, informe-nos o que é a rubrica de manutenção de viaturas. É uma desgraça. Veremos que, por esta rubrica, poderíamos poupar muito dinheiro, e falo por experiência, não só na Assembleia. Trabalho numa empresa privada e sei o que é manutenção. Pior ainda, quando essas viaturas trocam de motoristas então, meus caros, é uma desgraça. Cada um conduz à sua maneira, cada um pega como entender.

Olha, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, um conselho, olhem bem para este assunto das viaturas do Estado, das manutenções e tire as conclusões.

Um deputado esteve aqui há pouco tempo e falou do imposto sobre o consumo, mas se esqueceu de dizer que felizmente esta lei prevê muitas reduções que contribuem para a economia. No n.º 9 do artigo 8.º, desagrava em 5%, no n.º 10, desagrava em 1/3, e o que mais me alegrou em tudo isso é a isenção de toda a matéria-prima necessária para a produção animal, que passou a zero. Falta nisto o seguimento. Até recentemente eram 5%, tivemos a coragem de dizer não, menos 5%, passamos para zero, falta a parte seguinte que é, Sr. Ministro de Agricultura, medidas concretas, processo concreto para aumentar a produção interna de aves, estou aqui a falar de galinhas e todas as outros de reprodução de carnes e outras coisas.

Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, esta é a minha contribuição.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me cumprimentar a todos.

Sr. Ministro das Finanças, gostaria de ter uma explicação em relação a algumas despesas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). É só na generalidade, não vou entrar em pormenores, no tocante a encargos com viagem. Há aqui um aumento em cerca de 46% em encargos com viagem em

relação a 2018 e, como se falou bastante sobre questões de viagens, gostaria de saber por quê que há este aumento. O que vai acontecer? Será que vão viajar mais?

Também em relação ao imposto sobre importação, há aqui um aumento em cerca de 8,4% deste imposto. Não sei se é de imposto ou de arrecadação de receitas, por isso é preciso explicar-me, para eu perceber.

O Sr. Ministro das Finanças falou sobre a questão do porto e disse que assinou já o estudo. Levanto esta questão, porque também estou preocupado com o Porto da Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. Ministro de Infra-estruturas também fez referência aqui sobre aquisição de navios para a ligação entre as ilhas, mas não percebi muito bem.

Para melhorarmos a ligação marítima, primeiramente temos que olhar para a questão infra-estrutural na Região Autónoma do Príncipe. Se não, não conseguiremos comprar um navio com condições adaptáveis para essa travessia e também para acostar na Região Autónoma do Príncipe. O gráfico do Porto no Príncipe é de cerca de dois ponto qualquer coisa, daí que nos impede de adquirir um navio com melhores condições, porque não vai conseguir atracar. É necessário olharmos para o Porto de São Tomé e para o Porto do Príncipe. Caso não fizermos isso, estaremos a apanhar água com o cesto.

Sr. Ministro das Finanças, também estou confuso em relação à questão das dívidas. Não sei como é que as dívidas não aparecem no Orçamento, se é aqui onde devem estar espelhadas as dívidas que o País contraiu. Quero uma explicação técnica, porque os parceiros pegam no Orçamento, os são-tomenses pegam no Orçamento, hoje as dívidas não estão aqui, mas elas são anteriores, algumas vêm já deste próprio Governo, e é necessário elas estarem espelhadas no Orçamento, se não deixa de ser Orçamento para o ano de 2019, porque as dívidas não constam. Quando é que estas dívidas vão constar? Era necessário sabermos. Se não, estaremos perante o quê no próximo ano? Dívidas ocultas? Onde é que essas dívidas estão alojadas neste momento? Não estão no Orçamento, onde estão?

A outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com a mobilidade interna dos são-tomenses. Preocupa-me bastante a situação sobretudo dos são-tomenses que residem nos distritos mais longínquo da capital, sei que há dificuldade em chegar a cidade, mas, se calhar, é ainda aceitável, porque o custo de deslocação da região mais longínqua de São Tomé à capital é muito mais baixa em relação à ilha de Príncipe, que é uma região descontínua.

Eu acredito que o Estado tem como um dos seus princípios fundamentais assegurar a modalidade e a coesão social, várias vezes já falamos da questão dos custos da deslocação dos são-tomenses da Região Autónoma do Príncipe para a capital do País, e acredito que até hoje não se resolveu. Pagar cerca de 250 a 300 euros para um voo de 30 minutos para o capital do Pais é inaceitável. Nós não aguentamos isso! Tantos os que estão em São Tomé, para deslocar à Região Autónoma do Príncipe, quanto os que estão lá para deslocar à capital. Devemos encontrar aqui um modelo de subsídio de mobilidade, este caso estou a falar de mobilidade aérea, para ultrapassarmos essa situação. Sei que a situação financeira é difícil, mas temos que fazer um esforço, porque é o Estado quem paga isto, na sua grande maioria.

O custo de deslocação está a empobrecer o Estado são-tomense, temos que olhar para isto, acho que ao nível da Assembleia devemos agir, se calhar, com uma iniciativa legislativa, mas também não vamos fazer isso sem um acerto com o Governo, para termos sustentabilidade.

Há estudantes que têm que vir para São Tomé e têm que pagar 250 euros, para virem estudar. No período das férias não podem ir. Há idosos que não têm mais rendimento, o subsídio de aposentação de 600 dobras, como é que este idoso vem para São Tomé fazer uma consulta de rotina? Não temos especialidade na ilha do Príncipe. É uma questão que temos que resolver, Sr. Primeiro-Ministro. Espero da sua parte colaboração, para que os residentes da ilha do Príncipe, e não só, os que estão em São Tomé que queiram também, porque há são-tomenses que não conhecem o País, querem ir lá num passeio de duas semanas, visitar a família, mas não conseguem. É um impedimento. Sentimo-nos impedidos de movimentar-nos dentro do País.

São essas questões que eu gostaria de apresentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Ministros e Colegas Deputados, permita-me que também dê a minha opinião sobre este exercício que estamos a fazer.

O Governo, com 90 dias, pouco mais ou menos, submete a esta augusta Assembleia as GOP e o OGE para o ano em curso. As opções são as escolhas, e o Governo fez escolhas. Podemos estar de acordo com elas ou não, mas não são as opções do Governo, e neste sentido devemos respeitá-las, porque o Governo tem um mandato de 4 anos. O que propõe fazer aqui é dizer-nos o que vai fazer ou o que vai pensar para este ano.

Logo, Sr. Primeiro-Ministro, não se preocupe, porque está no início da sua acção governativa.

O Sr. Primeiro-Ministro faz este exercício num momento difícil, no contexto da economia mundial, em que se assiste à desaceleração da taxa de crescimento dos países da Zona Euro e também nos BRICS, economias emergentes, em que também assistimos a maior reivindicação dos contribuintes dos países que tradicionalmente nos apoiam. É um contexto de facto complicado, diferente do cenário em que outrora

estávamos habituados. Isto para dizer que eventualmente aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro programar até pode não acontecer, porque não temos controlo total disto.

Mas também não muito menos importante, devemos ver o contexto interno. O Sr. Primeiro-Ministro herdou um país altamente endividado, tendo em consideração a nossa capacidade de produção, o senhor herdou um país dividido com conflitos bastantes visíveis, herdou um país onde se questionava a democracia interna; herdou um país com uma função pública altamente partidarizada, com uma classe empresarial completamente pobre e, mais ainda, um país com dificuldades latentes e a trilhar os caminhos que podiam conduziam ao caos e também à corrupção.

O Sr. Primeiro-Ministro esteve aqui nesta Assembleia, fez o Estado da Nação, levantou muitos véus, disse-nos coisas que estavam a acontecer na Administração Pública são-tomense. Aliás, algumas delas foram bastante propagadas, aquando das campanhas eleitorais, ouvimos também que o Sr. Primeiro-Ministro mandou instaurar alguns inquéritos e, por uma questão de esclarecimento da opinião pública, gostaria, caso tivesse, que nos fizesse aqui o estado desses inquéritos que mandou instaurar, porque alguns deles, até por razões pedagógicas de conhecimento, precisamos saber.

Abro parênteses para dizer que estamos aqui, vimos o edifício onde funciona o Tribunal Supremo, soubemos quanto é que o Estado comprou aquele edifício, um edifício que andou aqui na praça, nos jornais, à venda a 500 000 euros, soubemos que o Estado comprou o edifício no valor de 2 milhões de euros, e investiu cerca de 1 ou 2 milhões, para a sua reabilitação.

Sr. Primeiro-Ministro, diga-nos o que aconteceu? Porque umas das heranças também, eu até não fiz referência a isso, é que nós, a Assembleia Nacional, não tivemos a oportunidade de acompanhar a execução orçamental dos anos transactos, mas eu quero dizer que perante este cenário, e aqui não quero fazer nenhuma análise *swot* nem nada disto, mas o Sr. Primeiro-Ministro tem algumas vantagens que é preciso saber aproveitar desde já. O Sr. Primeiro-Ministro tem um partido crítico que não vai estar aí a bater palmas para si e nem a passar escovinhas. O Sr. Primeiro-Ministro tem Grupo Parlamentar que vai trabalhar consigo, numa perspectiva crítica, colaborante, para permitir que se faça o exercício da democracia e do controlo das acções governativas.

O Sr. Primeiro-Ministro não vai ser um chefe, nós não lhe vamos chamar de chefe. O Sr. Primeiro-Ministro é o nosso líder, vai ter que realizar este Orçamento no quadro das suas possibilidades, mas sob esse olhar crítico, não só nosso, mas também da oposição. E sobre a oposição, abro parênteses para fazer uma referência aqui, a intervenção que foi feita pelo Deputado Levy Nazaré, que toca transversalmente em alguns problemas que assolam este país, e um desses problemas é a necessidade de reformas. Infelizmente, não sabemos se nestes 4 anos será possível fazer as reformas que este país precisa, porque algumas delas são profundas, exigem de facto um consenso amplo, desde logo nesta Casa Parlamentar. Precisamos também de fazer aqui as nossas reformas e, se não houver uma entrega total dos Deputados, se não houver um entendimento sobre essas reformas, teremos dificuldades, mas eu creio que hoje se deu um pontapé de saída, porque o adiamento dessas reformas abre espaço para especulações, e algumas delas nem sequer vêm ao nosso benefício.

Hoje, na praça, as pessoas dizem que os Deputados só aumentaram os seus salários. É preciso desmistificar isto. Os Deputados aqui não têm salários. Recebem uma gratificação, porque outrora eles podiam exercer actividades noutras instituições públicas. Houve, de facto, uma reforma na respectiva lei e, através dessa reforma, os Deputados, por uma questão até de incompatibilidade, todos, tanto do poder como da oposição e os independentes, perderam a possibilidade de exercerem mais do que uma função na Administração Pública. No entanto, ainda não foi fixado o salário dos Deputados. Houve uma contribuição que se deu, em permitir que se adiasse esta questão, respondendo às exigências dos nossos parceiros, mas é preciso esclarecer isso à população, para que não haja essas dúvidas. Para além dessas, há um trabalho enorme a ser feito, para mostrar que de facto a Assembleia Nacional não só funciona nos momentos do Plenário. Nos bastidores, há uma série de serviços que são feitos nas comissões e que precisamos fazer melhor enquadramento dessas nossas actividades, precisamos introduzir reformas profundas também aqui e também nos outros órgãos de soberania, tanto no Governo, como na Presidência da República, porque não, quem sabe, até no nosso sistema, eu não tenho receio de dizer isso. Se calhar, o nosso sistema, por si só, é caríssimo. Para o Governo que temos neste país, de 200 000, como disse o meu colega Deputado hoje, quem sabe esse sistema não será muito caro, muito oneroso para o nosso país. Quando é que vamos sentar, despidos de qualquer complexo, para discutir esses problemas. É também a nossa missão.

O sistema judiciário, os nossos Tribunais, precisam de reformas, e aqui nós dissemos que estamos a fazer um exercício temporário, mas não nos fechamos para as reformas que são necessárias no sistema judiciário.

Há um dos sistemas que é mais importante de todos os outros, o sistema de Educação.

O Sr. Primeiro-Ministro foi Ministro da Educação, a Ministra da Educação disse aqui que é uma militante da educação, falo sob o vosso controlo. Nós fizemos alguma progressão em matéria das salas de aula, mas nós também precisamos ocupar o tempo dos nossos alunos, estou a falar precisamente de aumentar mais o tempo nas escolas. Precisamos melhorar a qualidade do nosso ensino, a diferença é abismal, quando comparamos com outras paragens. Não temos dinheiro, mas precisamos abrir espaço para que de facto se invista mais e mais na educação, para permitir que atinjamos um patamar razoável no domínio da Educação.

Eu ouvi aqui coisas muito interessantes. Ouvi falar de ordenamento do Território. De facto, a última vez que se pensou ou que se desenhou o ordenamento de Território, acho que foi em 1979, e voltando a vir falar disto hoje, agrada-me. Agrada-me, porque se somos um país pobre em recursos financeiros, não podemos dizer que somos pobres na territorialidade. Embora um país pequeno, ainda temos uma riqueza que é a nossa terra, que precisa ser mais bem aproveitada.

Agora vou dirigir-me aos Deputados oriundos de Mé-Zóchi. Em Mé-Zóchi, temos um espaço territorial bastante amplo e subaproveitado. É preciso que nessa reforma do ordenamento do Território se olhe bem para o Distrito de Mé-Zóchi. É preciso enquadrar devidamente as potencialidades turísticas do Distrito de Mé-Zóchi no processo de ordenamento do Território. Nós temos terras, temos ex-empresas agrícolas, temos pontos turísticos e temos uma floresta rica, e isto tem que ser bem enquadrado e aproveitado, quando se começar a pensar nessa nova política de ordenamento do território. E que Mé-Zóchi, enquanto berço da sabedoria são-tomense, seja devidamente enquadrado também nesse processo e também no quadro das reformas necessárias no sistema da Educação.

Sr. Ministro, não o deixaremos descansar. Sra. Ministra da Educação, como líder de Mé-Zóchi, não a deixarei descansar, enquanto não começarem a equacionar também uma universidade no Distrito de Mé-Zóchi. Trindade não pode continuar a ser a vila condenada, como escreveu Alda Espírito Santo.

Vozes do ADI: — Sim! Sim! Sim!

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Trindade tem que ter a dimensão realista, quando se pensa no desenvolvimento transversal do nosso país, e tem que ser efectivamente a segunda cidade.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, antes de começar a minha intervenção, gostaria de intervir ao abrigo do artigo 102.º, é um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Pedido de esclarecimento sobre?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sobre a explicação que do Sr. Primeiro-Ministro tinha dado, em relação ao montante do stock da dívida interna.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, antes de mais, gostaria de agradecer, por nos ter explicado a questão, mas gostaria só que desse uma olhadela na página 10 das GOP. Aqui diz o seguinte: «Os dados disponíveis até Setembro de 2018. O stock da dívida pública atingiu 308.5 milhões de dólares». Se nós formos ver o que está plasmado no quadro do stock da dívida pública, está 296. É desta discrepância que eu gostaria de falar, porque quando intervim, eu falei de 296 milhões que é já na página 21 do Orçamento, está espelhado 296 milhões de dólares, e eu estava a tentar explicar que, deste valor, está cá dito assim passo, a leitura: «Excluindo os atrasos em via de negociação, o stock da dívida passa para 198.5 milhões de dólares». Sr. Primeiro-Ministro, se somar 198.5 milhões de dólares mais o penúltimo parágrafo diz assim: «Neste caso, o montante de atraso já atinge 97.5 milhões de dólares. Se somar estes dois valores, vai dar 296 milhões de dólares. Por isso, a dívida pública é de 296 milhões de dólares. Daí que há uma discrepância naquilo que diz as GOP e aquilo que está espelhado no OGE.

Daí que eu gostaria de aconselhar o Sr. Primeiro-Ministro que é preciso corrigir. Eu conheço as dificuldades e falei disso numa perspectiva de que houve aqui a discussão do estado da Nação, houve a discussão do Programa do Governo e eu ouvi falar em cifras de trezentos e tal, quinhentos e tal e, então, gostaria de saber em que pé estamos. O ADI é um partido com tendências para o Governo e, então, precisa saber quanto é que é a dívida hoje, para quando voltar ao governo saber quanto é que está. É só isto.

Sr. Presidente, vou usar agora o tempo da minha bancada.

Sr. Primeiro-Ministro, falhou a questão de nos responder a todos sobre a questão de 7% dos 20% que o Estado vai buscar à verba do petróleo. É de lei. A Lei-quadro das Receitas Petrolíferas dá esse direito. Só para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que esse valor daria bastante jeito à Região Autónoma, independentemente doutras verbas ao nível corrente. Estamos a falar, em uma forma global, de três milhões e tal de dólares e que o Príncipe teria, pelo menos, 248 000 euros. É uma cifra irrisória, mas se isso for cumprido anualmente, dará muito jeito aos projectos do Príncipe. Estou a referir-me a isto, porque o governo regional, na minha óptica, deve ter uma programação, no sentido de criar as condições futuras, porque o petróleo é um recurso esgotável. Então, se o Príncipe tem esse direito, é preciso também apresentar programas que possam galvanizar a futura geração. Só para a sua informação, Sr. Primeiro-Ministro, na discussão na especialidade, eu, Carlos Correia, vou pedir que se faça a transferência dessa verba para uma rubrica à parte, isto não tem nada a ver com outras verbas que vão para o Príncipe, de

forma que o Príncipe possa começar já a programar a sua geração futura. É disto que eu estou a falar, Sr. Primeiro-Ministro. É uma exigência que está na lei.

O Príncipe vive hoje com dificuldades ao nível do porto e ao nível de cabo submarino. Hoje aqui na cidade de São Tomé tem-se uma internet melhorada, mas no Príncipe temos uma internet com dificuldades, devido à falta de cabo submarino. Há outras coisas mais, como a situação da água ao nível da zona Norte, Picão, Praia Burra, Belo Monte, Aeroporto, Paciência, Ponta Forte. É uma verba irrisória, mas se o Príncipe souber que tem estas verbas todos os anos, saberá perfeitamente o que fazer aos poucos ou então criar condições para o nosso futuro.

Sr. Primeiro-Ministro, eu falei da página 5 do Orçamento, no ponto 6, que falava «são mantidas». Eu não falei à toa. Falei com conhecimento de causa, porque também participei nas campanhas e, como sou opositor, é claro, ouvi falar das baixas das taxas e dos impostos. Agora o que eu vejo aqui é diferente. Vejo que são mantidas, quer dizer, as taxas que já eram cobradas em 2018, quando tivemos eleições, são mantidas as alterações das taxas de impostos sobre o consumo, que incidem sobre os produtos, mercadorias, produtos locais.

Se ouvimos na campanha que iam baixar, então que o Sr. Primeiro-Ministro nos explique o que disse. Há muita incongruência. Não há coerência naquilo que disse nas campanhas e o que está espelhado no Orçamento.

O ponto 8, idem, fala: «São mantidas alterações das taxas aduaneiras aplicadas sobre a importação de produtos considerados de amplo consumo, com impacto negativo na saúde». Até estas com impacto negativo são mantidas. É disto que eu falo. O Sr. Primeiro-Ministro tem que explicar ao povo, porque disse na campanha que ia baixar os impostos, por que é que está a manter essas taxas.

A outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, rapidamente, eu gostaria também de saber, porque ouvimos várias vezes o Sr. Primeiro-Ministro, tanto no Estado da Nação como no Programa do Governo, falar em viagens exorbitantes que o outro governo fez.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, vamos dar uma olhadela à Tabela de Operações Financeiras do Estado. O senhor há-de-ver no capítulo das despesas, vou ler para si, com a sua permissão, Sr. Presidente: «Encargos com viagens, em 2019, 15 579 milhões, em 2018, 10 milhões, um acréscimo de 45,7%. Se formos agora ver a avaliação do ano 2017/2018, o Governo já tinha tendência em baixar, em cerca de menos 7,8%. Há variação em comparação ao ano homólogo.

Ainda outra rubrica, bilhetes de passagens, aumentou 47,2%.

A outra rubrica mais abaixo, subsídio de deslocação, aumentou em 48,4%.

Em comparação com o ano 2017/2018, em todas essas rubricas, houve um decréscimo, havia uma tendência em diminuir. Agora, eu só digo isso, Sr. Primeiro-Ministro, não estou a dizer para não viajar, mas há uma incongruência naquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse que o anterior governo viajou tanto, mas há 47% a mais nas viagens.

Eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse ao povo o que é que se está a passar, porque o senhor disse uma coisa e agora está a dizer a outra.

O Sr. **Presidente**: — Viagem, bilhete de passagem, passagem, deslocação é para a especialidade.

Passo já a palavra ao Governo, mas antes vamos esclarecer uma questão que foi aqui levantada, em tempo útil, pelo Sr. Deputado António Quintas, que tem estado a circular que a Assembleia aumentou o salário dos Deputados. Portanto, pelo que eu saiba, a Assembleia Nacional é o órgão, se calhar o único, que publica o seu orçamento no *Diário da República,* com todos os detalhes. Qualquer cidadão pode adquirir o *Diário da República,* em que contém o orçamento da Assembleia, portanto, o *Diário da República* n.º 15, 1.ª Série, de 26 de Fevereiro de 2019, e poderá verificar que não se aumentou, não se reajustou nada de salário na Assembleia Nacional. E tem todos os quadros. Portanto, tudo isso passa apenas de especulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Uma saudação especial ao povo de São Tomé e Príncipe, que nos acompanha, e votos de boa tarde também a todos.

Sr. Presidente, por vezes vir aqui e fazer uma intervenção remete-nos a uma situação de incoerência, por isso eu tenho algum cuidado nas coisas que digo.

Falo agora directamente para o Deputado que me antecedeu, porque eu fiquei bem chocado com a intervenção do Deputado Carlos Correia, quando fala em fundo especial direcionado, em termos de verbas do petróleo, blá, blá, blá. E isso eu vou repetir, blá, blá, blá, por quê? Porque o Sr. Deputado, em 4 anos, durante a legislatura passada, nunca, nem um dia se quer sugeriu algo desse tipo. Portanto, Sr. Deputado, devagar também se consegue chegar a longe. Não venha com essas coisas, porque aqui não cola.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Mais vale tarde do que nunca!

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Isto é exercício de má-fé.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Outro aspecto que eu elenquei aqui, para fazer parte da minha intervenção, tem a ver com a situação de mobilidade das pessoas para a Região Autónoma do Príncipe. Concordo plenamente, só que era também importante que deixasse uma ressalva que tal facto, em termos de preço, não tem a ver com o actual Executivo, mas sim é algo que vem já ao longo dos temos. Deveria dizer isto, porque induziria os menos atentos a pensarem que é este Executivo que agravou os preços. Se disse, retiro, mas não prestei atenção ao facto de o senhor ter dito isto, Sr. Deputado.

Eu queria também destacar agora, sim, directamente, a questão das GOP. Eu li com muita atenção e tenho a crença que se nós, os são-tomenses, por intermédio do Governo, conseguirmos realmente implementar as medidas previstas aqui, a juventude de São Tomé e Príncipe vai agradecer imenso. Estou a enfatizar juventude, não é por acaso. Todos sabemos que São Tomé e Príncipe é um país maioritariamente jovem. E sendo maioritariamente jovem, é fundamental que, ao definirmos as nossas políticas, tenhamos essa juventude como foco prioritário, não desmerecendo outras camadas sociais, é claro. Se conseguirmos dar um passo neste sentido, a juventude poderá conhecer dias melhores, porque a preocupação, por exemplo, com a questão de empreendedorismo, Sr. Ministro da Juventude, confio em si, faça o seu melhor, porque através da promoção do emprego e do auto-emprego, a nossa juventude encontrará dias mais felizes do que os que têm hoje, evitando essa busca de alternativas menos sólidas, que muitas vezes acaba por ceifar vidas, etc. e tal, estou a referir-me à questão dos motoqueiros, que o fazem porque não têm outra alternativa.

Eu gostaria, de igual modo, de frisar um aspecto que tem a ver com o Sector da Educação. Nação nenhuma no mundo se desenvolve ou se desenvolverá sem uma franca aposta no sector educativo. Por isso é que eu prestei atenção, também de uma forma muito particular, no Sector da Educação, e quero deixar uma palavra de alento aos jovens estudantes, no sentido de acreditarem, porque nós sabemos que a formação tem custos e, se o Governo encontrar mecanismos para ajudar a juventude a ter acesso à educação de uma forma mais digna, será bom. Neste Programa, percebi isto num dos pontos que focava sobre a necessidade de buscar parceria com instituições bancarias, para que elas possam abrir uma linha de crédito para a formação. Isto é muito importante e a juventude são-tomense há-de agradecer.

Eu tenho aqui muitos aspectos elencados, mas vou passar por cima, por causa da questão de tempo.

Fiquei um pouco constrangido, no primeiro período, quando o Sr. Líder Parlamentar do ADI veio aqui ler aquela declaração. Fiquei com a sensação, e se a minha percepção, por algum motivo, for errada, apresento já as minhas desculpas, mas fiquei com a sensação que o Sr. Líder, numa tentativa de fazer futurologia, por outras palavras, desejou que a coisa não corra bem. Isto deixou-me triste. Deixou-me triste, porque o texto que leu apontava no sentido de que este Orçamento não vale, não vai dar certo, o povo foi enganado, etc., etc. e tal.

Eu faria diferente. Eu daria o benefício da dúvida, para que o povo pudesse ter um elemento de avaliação posterior, em relação aos actos do Executivo. Avaliando, sim, para saber se conseguiu ou não materializar. Fazendo futurologia, deu-me a impressão de que o senhor não está a ser solidário com o povo de São Tomé e Príncipe.

Por fim, porque sempre tenho este hábito, eu sou religioso e gosto de pôr em prática os ensinamentos bíblicos, queria deixar uma palavra ao Deputado Levy Nazaré, porque na legislatura passada, muitas vezes, por inerência das nossas funções, tivemos pontos de discórdia e tornámo-los público. Agora, tendo um ponto de convergência, também é importante que se torne público. Gostei de ouvir a sua intervenção e lembrei-me da passagem bíblica que está em Salmo 133, no versículo 1, que diz, essas não as minhas palavras, são palavras da bíblia: «Como é bom e agradável quando os irmãos vivem em união».

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Essas palavras são da bíblia e por isso deixo também aqui um apelo. Meu caro, nesta matéria, o Deputado Danilson Cotú e a sua bancada também estão de braços abertos para que, sim, possamos estar unidos, independentemente das nossas adversidades, em termos políticos ideológicos. Isto é que é fundamental. Este é talvez o maior factor, sim, para o desenvolvimento do nosso país.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Danilson Cotú.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Eu começo primeiro pela TOFE, que o Sr. Deputado Carlos Correia falou com muita energia.

Sr. Deputado, na coluna de encargos com viagens, o que foi previsto em 2018 foi 13 253 dobras. O que está no meio é o que efectivamente soltamos. 15 000 dobras é que estamos a prever, porque na TOFE 2018 a base de compromisso é superior à base de caixa, ou seja, temos contas a acertar que, de certeza absoluta não é deste Governo, com encargos com viagens. É muito fácil e nós veremos isso. E mais, há duas situações que também estão previstas num valor mais baixo, que é o caso do Ministério que se separou também.

Bom, depois da intervenção do Sr. Deputado Danilo, eu pensei que este assunto da dívida ficasse resolvido. Por quê? Porque tão brevemente estará nas mãos dos Srs. Deputados a verdadeira dívida deste país. Será graças a este Governo que está, em 3 meses, a tratar dum assunto tão importante, incluindo a

dívida que existe no Príncipe, que é também dívida do Estado são-tomense, que até hoje, durante 4 anos, nunca foi reflectida na dívida pública do País.

É muito bom exercício falar da dívida pública, porque aqui é o local próprio para mostrarmos isto.

Eu estava preocupado, mais o Sr. Deputado está a me dar uma força tremenda, de nós irmos ao fundo desta questão. Muito obrigado, Srs. Deputados, estou muito satisfeito. Por quê? O trabalho que estamos a fazer, todas as dívidas que não tiverem fundamento, que não tiverem contrato, não estiverem efectivamente justificadas, levaremos o processo ao Ministério Público. E mais, estou a falar da dívida do Estado, em todos os sectores. Com o trabalho da Inspecção Geral das Finanças, vamos fazê-lo com gosto, todos os anos.

O Grupo Parlamentar do ADI deveria acalmar-se ainda quanto a esse processo de dívida.

O Sr. Deputado Danilo disse que já está a correr circulares, e nós estamos a pedir o contrato, estamos a pedir facturas, estamos a perguntar se essa pessoa estava legitimada para fazer essa dívida. Se não for, vai ter que assumir…

Uma voz: — Exactamente!

O Sr. **Ministro de Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — …e vai assumir pessoalmente. E aí nós estaremos a dar um sinal…

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — *Ê bô bô ê*!

O Sr. **Ministro de Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — …se haverá ou não dívidas justificadas. Vamos ver se haverá obras que não passaram pelos sectores próprios. Vamos ver! E aí sim estaremos a tocar em todos os sectores. Por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu vou sair daqui hoje e vou dormir feliz.

Vamos apurar as dívidas que os sectores nos apresentaram e se também souberem que há outras dívidas, com documentos comprovativos, por favor, façam-nas chegar a nós, porque nós queremos todas, estou a evitar atirar pedras, eu quero papel.

Sras. e Srs. Deputados, vamos pôr os pés no chão. Se efectivamente eu digo aqui que se está a falar de 308, 2017, estamos a falar em Setembro, vejam a diferença para Dezembro. Não é preciso fazer-se grandes contas. Só da ENCO são 94 a 95 milhões de dólares que o Estado assumiu, que não está ali, e estamos a trabalhar para que tudo esteja perfeito. Só isso já está em quatrocentos e tal. Então, vamos calmar-nos, não vamos levantar nervos, vamos concentrar-nos. Por quê toda essa preocupação? Eu não estou preocupado, porque eu coloquei aqui uma questão, escutem. Isso da ENCO está no Tesouro. O FMI sempre trabalha, mas não colocou como dívida pública ainda. Percebeu? Por esta razão, as Sras. e os Srs. Deputados serão os primeiros a terem o mapa da dívida toda. Esta é a preocupação deste Governo, saber quanto é que este país esta a dever, a quem e como é que foi contraída essas dívidas.

Nós trataremos disso, para dar orgulho ao País.

Eu vou só dar um exemplo concreto.

Uma voz: — Muitas dívidas.

O Sr. **Ministro de Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Muitas dívidas, é verdade!

Então, não venham falar-nos aqui de 296. Estamos a trabalhar para apurar. E sabem que este processo de apuramentos das dívidas exige um trabalho profundo e sério. Só no Ministério dos Negócios Estrangeiros, temos uma dívida acima de 400 000 dólares…

Uma voz: — Oh, oh, oh!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — …são 480 000 dólares. E nós dissemos, ok, há esta dívida, queremos documentos que justificam.

Estamos agora perante um país que tem o seu representante nos Estados Unidos a viver em casa de um guineense, porque o expulsaram de casa. No Gabão, a Embaixadora está fora. São dívidas contraídas e são do País. Por isso, ao invés de nos concentrarmos, nós, o Governo, dissemos que estamos a fazer o levantamento das dívidas, e já está a circular papeis para se apurar. E se já está a circular o papel, não vamos falar mais de números, porque o número virá para esta Casa Parlamentar, o valor correto e com documentos de suporte, para exibirmos, e sabemos quem andou a endividar este país, para quê e como.

A dívida com a ENCO já vem de muitos anos, só que em 2014 a dívida cresceu muito mais, a percentagem aumentou. Mas vai ser dívida com os anos, e cada um vai tirar a sua conclusão.

O Sr. Deputado Danilo colocou a questão das empresas públicas e eu queria dizer que, de acordo com as recomendações do FMI, temos a restruturação das empresas públicas como um dos objectivos. Inclusive, nós não colocamos aqui, porquê? Estávamos a discutir a possibilidade de ser o Estado a suportar as auditorias que eles exigiram específicas. Quem definiu o termo de referência foi mesmo o Banco Mundial, mas chegamos à conclusão que o Banco Mundial manifestou a vontade de financiar esse processo das empresas. Queríamos que as empresas pagassem, mas têm problemas financeiros e o Banco Mundial

assumiu. Já mandamos todo o processo e vai, dentro de dias, começar esse processo de auditoria às quatro empresas públicas: EMAE, ENAPORT, ENASA e CORREIOS, para apurarmos a veracidade dos factos.

A contribuição que as empresas davam ao Estado, a CST já não dá há alguns anos. Quem lá está sabe o porquê. Por isso, não está reflectido como contribuição. São essas duas empresas e o BISTP que mais davam. A ENCO não deu porquê? No ano passado, teve resultados negativos, por causa do Banco Equador, tinha lá um valor alto que não receberam, e que aqui não vamos entrar em detalhes. Quando há resultados negativos, esse resultado vai sendo diluído durante os anos, até que efectivamente a empresa consiga ter resultados positivos. E não pode estimar como uma receita para o cofre do Estado.

Por isso, eu quero simplesmente aqui, mais uma vez, manifestar a minha alegria, por sentir que os Srs. Deputados querem mesmo que eu vá em frente, neste belo trabalho, e com a vossa ajuda vamos colocar São Tomé no lugar que merece.

Por favor, se souberem de alguma questão que possa efectivamente fugir, que se trata de dívida, não se preocupem, informem-nos para apurarmos. O Tesouro está disponível, as DAF estão disponíveis, e queremos a contribuição de todos. Mas podem ter a certeza de que só esses valores já ultrapassam os 400.

Vamos trabalhar para o bem de São Tomé e Príncipe.

Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, é simplesmente um complemento relativamente à questão dos petróleos. O Sr. Ministro tem um complemento a fazer relativamente a esta questão. Ele conhece bem a Lei dos Petróleos, e ele vai só completar, para responder à preocupação do Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Para contribuir um bocadinho mais com este debate e esclarecer o Sr. Deputado Carlos, podemos fazer menção à Lei 8/2004, Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas, que no artigo 9.º n.º 4 diz o seguinte: «Um montante não inferior a 7% da verba anual é reservado anualmente às despesas públicas da Religião Autónoma do Príncipe.»

O n.º 5 diz o seguinte: «Um montante não inferior a 10% da verba anual é reservado anualmente à participação do Estado no Orçamento das autarquias locais, distribuída em termos da Lei das Finanças Locais.» Portanto, não se trata somente da Região Autónoma do Príncipe, mas também dos poderes locais.

Mas o que é verba anual? O artigo 8.º da mesma Lei diz o seguinte: «A verba anual para 2005 será a que constar no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Assembleia Nacional…» Ou seja, a Assembleia Nacional tinha que aprovar a verba anual do petróleo, e não aprovou, porque ela não existe. «Nos anos seguintes, na determinação da verba anual, devem ser observados os seguintes limites: para cada ano, a partir do ano X, até o fim do primeiro ano, após o início da produção do petróleo.»

Camarada Carlos…

Risos.

Sr. Deputado Carlos, não vou navegar mais nas especificidades desta lei. Só para esclarecer que estes dipositivos estão programados para quando iniciar a produção comercial efectiva do petróleo. Entretanto, nós estamos a utilizar o dinheiro de bónus de assinatura. Este dinheiro não é sustentável, não é permanente, portanto, não conta como verba anual.

Portanto, é este o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Temos ainda quatro inscritos, no entanto, a nossa sessão deve ter início às 9 horas e encerrar às 16 horas e 30 minutos. Temos quatro inscritos, mas vamos transferi-los para amanhã. O tempo acumulado hoje irá ser adicionado ao tempo de amanhã, no entanto, cada um deverá usá-lo como bem entender, e às 16 horas e 30 minutos também concluiremos a reunião.

Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, o protesto que pediu não está devidamente enquadrado.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não Presidente? Ele citou o meu nome. Fez uma intervenção sobre aquilo que eu não disse…

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem direito a protesto, mas o interveniente também tem direito a contraprotesto e vamos ficar aqui por muito mais tempo do que aquilo que está estabelecido. Amanhã, logo no início, darei a palavra ao Sr. Líder Parlamentar do ADI, para fazer o seu protesto e, querendo, o Sr. Líder Parlamentar fará o contraprotesto.

Por tanto, está terminada a sessão.

Eram 16 horas e 30 minutos.